

ISSN 0104-5261

EDIÇÃO ESPECIAL

ECQS

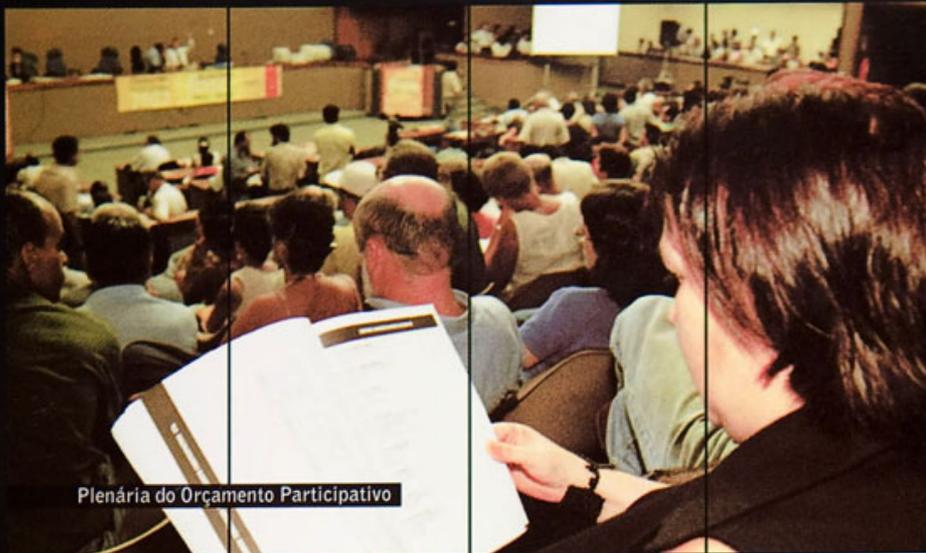
Revista Quadrimestral de Saneamento Ambiental Nº 20 Ano 8 julho 2001

40 anos de saneamento público

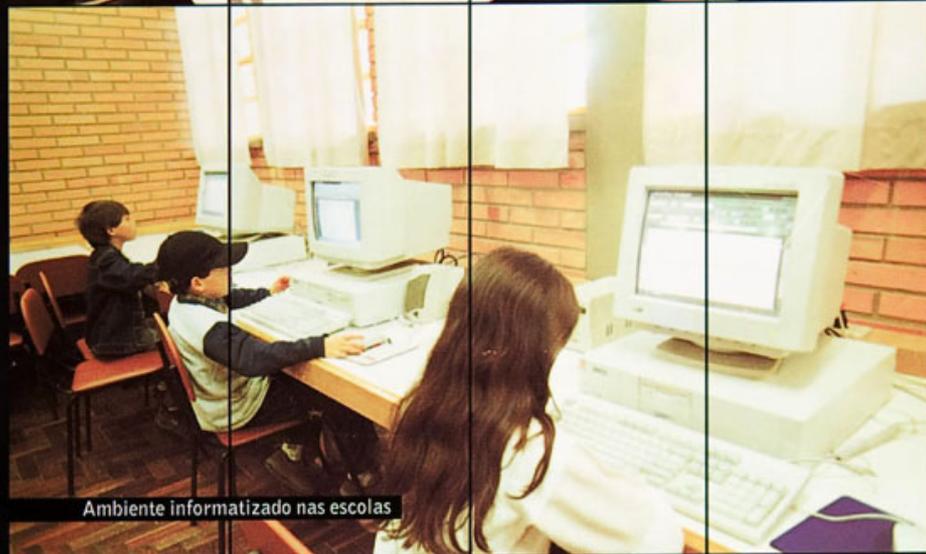
40

DMAE

Água, a essência da vida



Plenária do Orçamento Participativo



Ambiente informatizado nas escolas



Unidade de Triagem de lixo reciclável

Em 12 anos, a Prefeitura de Porto Alegre incentivou a participação dos indivíduos na esfera pública, a solidariedade diante da exclusão social e procurou incrementar a tecnologia e o desenvolvimento. Seja nas plenárias do Orçamento Participativo, nos programas de geração de renda através da coleta seletiva do lixo ou investindo na implantação de ambientes informatizados nas escolas municipais, a Administração Popular mostrou que há outro caminho. Como resultado disso, a cidade foi sede do Fórum Social Mundial. Há muito por fazer e já estamos nos preparando para receber a segunda edição do Fórum em 2002. Afinal, Porto Alegre resiste e constrói.

PORTO ALEGRE

resiste e constrói



Prefeitura de Porto Alegre
ADMINISTRAÇÃO POPULAR

DMAE: há 40 anos uma referência em defesa do saneamento público

O reconhecimento demonstrado pelo porto-alegrense com relação aos serviços prestados pelo DMAE ao longo de seus 40 anos de atividades muito nos orgulha, pois oferecemos um serviço que pode ser definido com uma simples palavra: “profissionalismo”.

Durante essas quatro décadas, o Departamento sempre contou com servidores qualificados, muitas vezes destacados nacionalmente pelos trabalhos efetuados em prol do setor de saneamento ambiental no País. Outro aspecto relevante na história do Departamento é sua gestão, na qual a sociedade civil sempre esteve representada por entidades que, desde a criação da Autarquia, atuam no Conselho Deliberativo.

Nesta edição especial da ECOS, encontramos uma reportagem que fala da trajetória do Departamento no decorrer desses 40 anos. O poder local e o controle do saneamento básico é o tema abordado no artigo do diretor-geral do DMAE, Carlos Atílio Todeschini. Na entrevista, o engenheiro e professor José Walter Bautista Vidal faz um alerta sobre o que significará para a população brasileira a privatização do saneamento em nosso país.

Na sessão de política, destacamos o projeto de lei 4.147, do governo federal, que abre uma porta para a privatização do saneamento no Brasil. E publicamos também o depoimento de lideranças do Rio Grande do Sul sobre esse projeto, que tramita na Câmara dos Deputados.

“Saneamento e Saúde: que futuro desejamos?” é o título do artigo de opinião escrito pela engenheira civil Rosane Radunz Coimbra, que analisa a importância da água e do saneamento na garantia da qualidade de vida dos brasileiros.

Boa leitura

5 ARTIGO

O PODER LOCAL E O CONTROLE DO SANEAMENTO BÁSICO

7 ENTREVISTA

BAUTISTA VIDAL: "A privatização do saneamento é a última fronteira da degradação."

10 POLÍTICA

GOVERNO PROPÕE MUDANÇA PARA O SANEAMENTO NO PAÍS

15 ENTIDADES

ENTIDADES SE POSICIONAM DIANTE DO PROJETO DE LEI 4.147/01

18 REPORTAGEM

DMAE: ORGULHO DO PORTO-ALEGRENSE

26 GESTÃO

CONSELHO DELIBERATIVO ACOMPANHA O DMAE DESDE OS PRIMEIROS MOMENTOS DE SUA EXISTÊNCIA

29 INVESTIMENTOS

DMAE CRESCE JUNTO COM PORTO ALEGRE

31 NOTAS

EXPOSIÇÃO DO DMAE REÚNE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Informações sobre eventos na área de saneamento e ambiente

33 OPINIÃO

SANEAMENTO E SAÚDE: QUE FUTURO DESEJAMOS?

EXPEDIENTE

Prefeitura de Porto Alegre
ADMINISTRAÇÃO POPULAR

Prefeito Municipal de Porto Alegre

Tarso Genro

Vice-prefeito Municipal

João Verle

Diretor-geral do DMAE

Carlos Atilio Todeschini

Coordenação de Comunicação da PMPA

Vera Spolidoro

Coordenação da Assessoria de**Comunicação do DMAE**

Andrea C. Martins de Freitas - MTb 9108/RS

Editor

Maria de Lourdes da Cunha Wolff - MTb 6535/RS

Copidesque

Ademar Vargas de Freitas - MTb 3225/RS

Ilustrações

Vilanova

Capa

Foto de Carlos Edler
Produção de Alex Medeiros

Colaboradores

Renata Giacobone, Rodrigo Pires e Amir Boaz

Tiragem

5.000 exemplares

Impressão

Oficinas Litográficas do DMAE

Nota da Redação

A Revista ECOS, de julho de 2001, é uma edição especial, comemorativa aos 40 anos do DMAE

Envie sua colaboração para a redação - Unidade Técnica do DMAE - Rua Fernando Gomes, 183 - CEP 90510-010 - Porto Alegre - RS
Telefone (051) 3218-9724 - Fax (051) 3222-9603
E-mail: ecos@dmae.prefpoa.com.br
<http://www.portoalegre.rs.gov.br/Ecos/>

A Revista ECOS, publicação quadrimestral do DMAE, Departamento Municipal de Água e Esgotos, com distribuição gratuita e circulação nacional, está registrada sob o nº 775.831 no Cartório de Registro Especial, Comarca de Porto Alegre - RS - ISSN 0104-5261.

Os artigos e textos publicados são de responsabilidade de seus autores. A reprodução destes, bem como das fotos e ilustrações, é permitida desde que sejam citadas a autoria e a fonte.

A redação solicita que seja comunicada a transcrição, referência ou apreciação dos artigos e reportagens publicados na revista.

O poder local e o controle do saneamento básico

CARLOS TODESCHINI

O controle das águas doces é fundamental para a soberania das nações, e a biodiversidade do Brasil chama a atenção dos estrangeiros

Uma das virtudes do Estado federativo brasileiro pós 88 foi ter se constituído com limites claros entre as esferas administrativas. Tal configuração permite um poder de ação e um controle social mais efetivos através dos serviços de competência municipal. Um gerenciamento mais próximo dos recursos, com total possibilidade de transparência na sua aplicação e de atendimento às demandas dos cidadãos são fundamentais para o sucesso na prestação de serviços públicos. Exemplos disso são a saúde e o saneamento. A Constituição Federal garante o poder do município para gerir os serviços de água e de esgoto. Tal entendimento, posto pela lei maior do País, endossa o que Porto Alegre, como centenas de outros municípios, entende hoje por saneamento público.

A questão do controle das á-

guas doces é hoje fator fundamental de soberania das nações, e o Brasil tem uma biodiversidade que chama a atenção dos estrangeiros. As águas da Amazônia são vistas por todo o mundo como um “manancial pertencente à humanidade”. Não obstante, as discussões políticas que podem ser ensaiadas sobre o assunto – como, por exemplo, qual a conotação que alguns países dão à expressão “patrimônio da humanidade” – a responsabilidade que uma reserva como esta traz não pode ser vista com desdém. Guardadas as proporções, a postura de Porto Alegre perante o seu Guaíba não pode ser diferente. Pesquisadores indicam, em inúmeros trabalhos, que um dos maiores problemas que a humanidade irá enfrentar nos próximos anos será a escassez dos recursos hídricos. Entre 1900 e 1990, a demanda mundial da água multiplicou-se por seis, enquanto a população apenas dupli-

recursos hídricos fica à mercê de interesses comerciais. O preço que tais regras impõem são o abastecimento e a saúde de sua população. Poderá acontecer conosco exatamente o mesmo quadro lamentável que hoje observamos em nosso vizinho, a Argentina. Lá, o enfraquecimento nacional chegou a tal ponto que até as tarifas dos serviços públicos, como o saneamento, são impostas por mercados internacionais. A insegurança a que a população é submetida não paga o preço de alguns anos de estabilidade conseguida à custa da internacionalização da economia e

“Os municípios brasileiros têm condições de gerir seus serviços, e a sociedade deve ter espaços para fiscalizar e cobrar estes serviços”

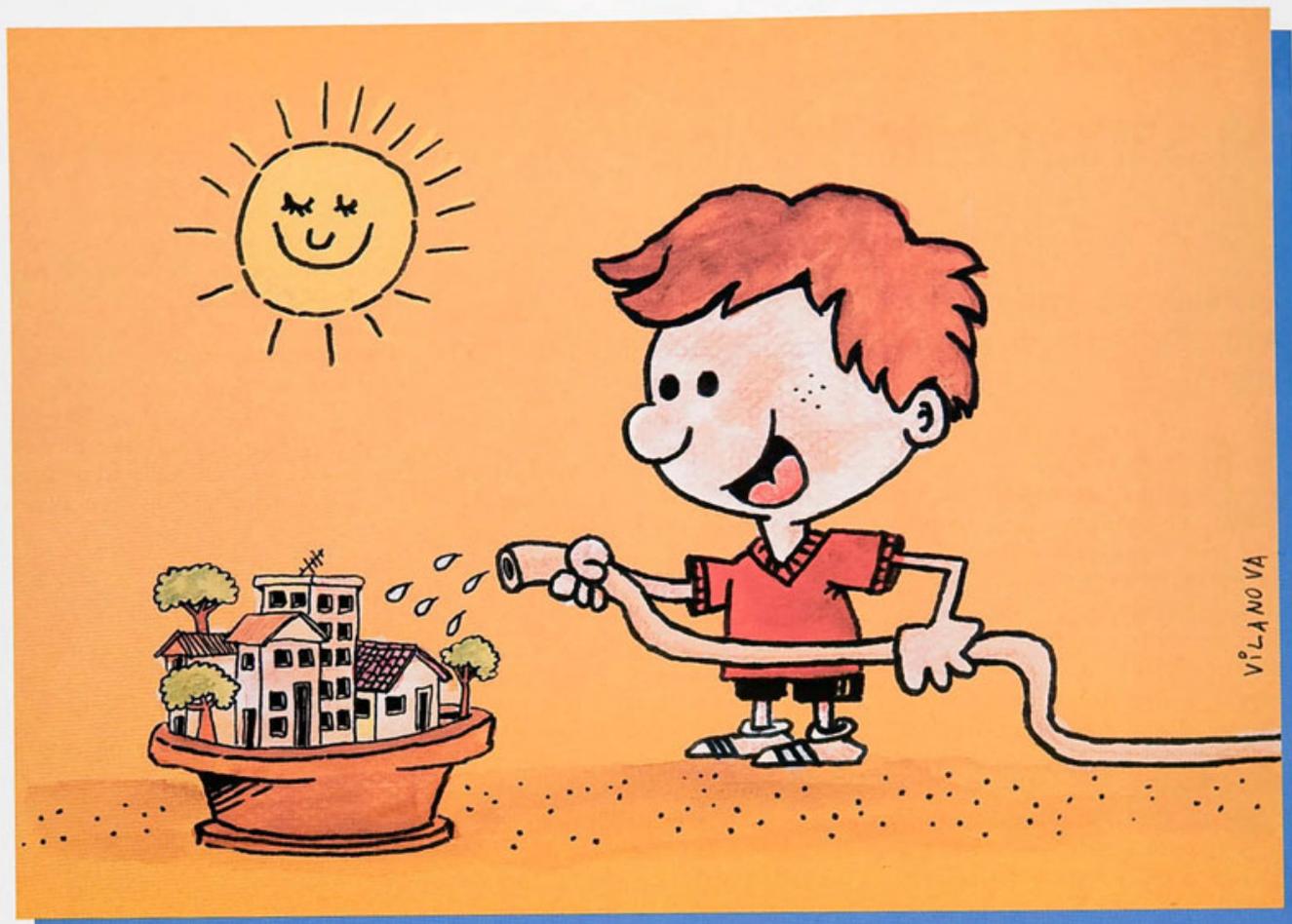
de submissão a regras dos grandes organismos internacionais. E o saneamento não ficou fora disso: na Argentina, a deterioração e a venda das empresas causou prejuízos enormes à população, principalmente através da tarifa, que aumentou mais de 280%.

O saneamento é o mais essencial dos serviços. Pode-se abdicar de diversos outros confortos, mas ninguém vive sem a água. Durante a vida, cada pessoa necessita de 87 mil litros de água, ou aproximadamente 1.325 litros todos os anos, só para beber. A movimentação financeira envolvida nessa necessidade vital, comercialmente falando, atinge atualmente a cifra anual de 400 bilhões de dólares no mundo. A par-

“Na Argentina, a deterioração e a venda das empresas causou prejuízos enormes à população, e a tarifa aumentou mais de 280%”

guas doces é hoje fator fundamental de soberania das nações, e o Brasil tem uma biodiversidade que chama a atenção dos estrangeiros

cou no mesmo período. A problemática econômica agregada a isso é elementar. Um país que não tem gerenciamento sobre seus próprios



tir dessa informação, fica mais fácil entender pretensões as das grandes transnacionais do setor do capital financeiro internacional no setor de saneamento.

Os municípios brasileiros têm condições de gerir seus serviços, com a sociedade tendo garantia de espaços para fiscalizar e cobrar estes serviços. Entretanto, o governo criou a falácia de repassar as responsabilidades para os municípios, sem repassar os recursos. Há tempos, os investimentos vêm sendo retirados. Isto nos levou a uma situação em que o discurso da “ineficiência” municipal pôde encontrar suporte, em determinados casos. Esta é a hora em que o discurso dos investimentos transparentes, da universalização, do respeito aos indivíduos tem que ser mais

forte, sob pena de vermos imensamente encarecido o acesso a um bem universal, de valor inalienável.

Neste ano, pela segunda vez consecutiva, Porto Alegre conquistou o primeiro lugar em pesquisa da ONU como a cidade que mais evoluiu no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entre 12 capitais brasileiras. Esse índice, pesquisado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, refere-se a quatro indicadores básicos: taxa de analfabetismo, número médio de anos de estudo, renda per capita e esperança de vida. Os números da recente pesquisa superam os da anterior, de 1981-1985, quando a cidade obteve o maior índice de

IDH (0,736). O atual levantamento (1995-1999) mantém Porto Alegre na frente das demais capitais brasileiras (Curitiba, São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia, Salvador, Belém, Manaus, Recife e Fortaleza) com um índice ainda melhor: 0,792 de IDH.

Nessa pesquisa da ONU, nenhuma das principais capitais brasileiras atingiu ainda o patamar dos países com alto grau de desenvolvimento humano. A mais próxima, Porto Alegre, está a 0,0084 desse limiar. Os números são eloqüentes. Importa só lembrar que um dos índices considerados para a pesquisa foi o de saneamento público.

Carlos Atilio Todeschini é o diretor-geral do DMAE

Bautista Vidal

“A privatização do saneamento é a última fronteira da degradação”



Bautista Vidal: “Doenças outrora erradicadas podem voltar se o saneamento se tornar fonte de lucro”

Um ardoroso defensor do Brasil. Se pudéssemos resumir numa expressão a longa trajetória do engenheiro, professor e pesquisador José Walter Bautista Vidal, certamente essa seria a que melhor a traduziria, incluindo-se aí seus discursos e os livros que escreveu, entre eles “A reconquista do Brasil”, “Soberania, Dignidade, Raízes da Sobrevivência” e “O Esfacelamento de uma Nação”.

Aos 67 anos, esse baiano de Salvador, radicado em Brasília, onde é professor na pós-graduação da Universidade de Brasília após uma longa carreira acadêmica e política (foi o primeiro secretário de Ciência e Tecnologia da Bahia), dedica seu tempo livre a andar pelo Brasil, falando sobre a crise energética e sobre as privatizações, que chama de internacionalizações.

O professor Bautista Vidal foi o principal responsável pela criação do Programa Nacional do Alcool.

Ele se preocupa em mostrar a contradição do apagão num país com enorme potencial energético. E afirma que os apagões vêm sendo cuidadosamente preparados por uma elite que não sabe governar e que a crise de energia é decorrência da falta de investimentos no setor ao longo de anos.

Ao se referir ao PL 4.147/01 (projeto do Governo Federal, divulgado em fevereiro de 2001, que pretende retirar a titularidade dos serviços de saneamento dos municípios brasileiros), o professor é enfático: “Querem entregar nosso país, e a sociedade precisa saber disso”.

Nesta entrevista à ECOS, Bautista Vidal diz que a privatização do saneamento é a última fronteira da degradação. E rechaça a intenção privativista do Governo, fazendo um alerta: doenças outrora erradicadas podem voltar se o saneamento se tornar fonte de lucro.

ANDRÉA CRISTINA MARTINS DE FREITAS

ECOS – No ano passado, o negócio de água e esgoto teve um faturamento de mais de 10 bilhões de reais, aproximadamente 1% do PIB brasileiro. O setor de saneamento no Brasil pode ser visto como um grande negócio? Há quantos anos o senhor ouviu falar de privatização no Brasil?

Bautista Vidal – O desenvolvimento civilizatório de base cultural implica a identificação das atividades humanas que o sustentam, desde as consideradas es-

“Transformar o Brasil na maior potência energética do planeta, com base na energia da biomassa, exige uma nação soberana e uma classe dirigente responsável”

senciais - e, portanto, de responsabilidade coletiva - até as menos essenciais, mas também importantes, desempenhadas por setores desta sociedade. As primeiras são as chamadas atividades públicas, envolvam ou não aspectos sócio-econômicos. O que as caracteriza é a sua essencialidade para a vida da sociedade e a sua natureza agregada, exigindo o poder coletivo. O saneamento básico é algo que tem a ver, nos trópicos, com a possibilidade ou não de assentamentos humanos civilizados com saúde. Durante séculos, as doenças tropicais assolaram vastas áreas de nosso continente, impedindo os assentamentos humanos. Os centros urbanos desenvolveram-se ao longo da costa. São exceções os que conseguiram sobreviver afastados do mar. Somente depois do desenvolvimento

do combate às doenças tropicais e do saneamento, foi possível pensar-se em ocupar as dimensões continentais brasileiras. Assim, no caso do Brasil, o saneamento não pode ser objeto apenas de negócios.

ECOS – Na sua concepção, quais são as principais conseqüências das privatizações no país? O senhor acha que o Brasil é um país essencialmente “estatizado”, como defendem alguns técnicos? Para quais setores o senhor acha possível a privatização no Brasil?

Bautista Vidal – Na realidade não houve privatização no Brasil, houve internacionalização dos setores estratégicos de nossa economia, as empresas de economia mista, que eram a espinha dorsal de nossa estrutura produtiva, guardiãs de patrimônios naturais também estratégicos de peso mundial: genético, mineral, das águas, energético etc. Antes do início das “privatizações”, o Brasil era o país do dito mundo capitalista que menor participação tinha do Estado na estrutura produtiva, 21%, comparado com 27% nos EUA. Os outros, França, Suécia, Inglaterra, Itália etc., todos com mais de 40%. Esses técnicos, se são

“É lamentável que estejam impedindo a população de conhecer a realidade, mas o que estão preparando parece ser mais grave do que o que já foi feito”

técnicos, mentem, pois 70% do nosso PIB já são de propriedade de não-residentes no Brasil, e em breve estará acima de 90%. Ou seja, os brasileiros e os imigrantes que

para cá vieram não serão donos de nada. Seus filhos serão escravos ou canalhas.

“O saneamento básico é algo que tem a ver nos trópicos com a possibilidade ou não de assentamentos humanos civilizados com saúde”

ECOS – Que analogia se pode fazer entre a política de privatização, a escassez de água no planeta e a crise de energia elétrica?

Bautista Vidal – O Brasil - por ser o país-continentes dos trópicos, com muito sol e grandes extensões de terras ainda não aproveitadas, com a maior proporção de água doce do planeta - está predestinado a ser a grande potência energética do futuro, com energia renovável e limpa. O “apagão” - programado cuidadosamente ao longo dos anos pela proibição das empresas elétricas investirem seus lucros em ampliações necessária ao aumento das demandas - e o irresponsável desmonte de uma regulamentação que vinha operando com grande eficiência há décadas são as causas da crise programada, “da morte anunciada”.

ECOS - Que implicações econômicas as privatizações das empresas de saneamento podem trazer aos países?

Bautista Vidal – A volta das doenças tropicais e o abandono de vastas áreas tropicais já saneadas por insalubres. É a mesma lucratividade que fez surgir a doença da vaca louca, que levou os ingleses ao desespero, além de trazer imensos prejuízos econômicos e a total destruição de importante setor da alimentação humana.

ECOS – *Falando em Brasil e em recursos estratégicos, a privatização da distribuição da energia elétrica foi um erro? Como gerenciar a crise que afeta o país atualmente?*

Bautista Vidal – Basta olhar o que aconteceu com as tarifas, que aumentaram de modo assustador. Hoje os usuários da Light, no Rio de Janeiro, de propriedade da Electricité de France, uma estatal, pagam maiores tarifas que os usuários de Paris. A situação não é gerenciável com a atual falta de regulamentação. Vai complicar-se muito mais com o tal gás de petróleo da Bolívia. Começa aumentando as tarifas por um fator 3, sujeitas a taxa cambial do dólar e aos aumentos que virão dos preços internacionais do petróleo. Ademais, a torneira do gás está fora do país, sem alternativa. É lamentável estarem impedindo a população de conhecer a realidade. O que estão preparando parece ser mais grave do que o já feito.

ECOS - *O senhor acredita na possibilidade de reversão da crise que o Brasil vive hoje? Que elementos precisam ser buscados para isso?*

Bautista Vidal – Na reversão não. O dano foi muito profundo e levará longo período para ser revertido. Há algo que foi irremediavelmente destruído: a recomposição do mais eficiente e limpo sistema elétrico integrado em todo o mundo, com a maior parte dos investimentos praticamente ressarcidos. Evidentemente, há algo que jamais esse grupo levará avante, que é transformar o Brasil na maior potência energética do planeta para sempre, tendo como ponto de partida a energia da biomassa, renovável e limpa. Levar avante esse projeto exige uma nação soberana e uma classe dirigente responsável, competente e altamente comprometida com o país e seu povo.



ECOS – *Como o senhor vê a influência da privatização da energia elétrica no atual movimento pela privatização do saneamento?*

Bautista Vidal – A fratura exposta da crise programada atual provocou severa reação na sociedade, de tal modo que ninguém se atreve a falar mais em privatização para a CESP, CHESF, Furnas ou Tucuruí. Só um irresponsável total falaria agora nisso, mas corre o risco de ser linchado, e com toda a razão. Tomara que este intervalo de sensatez seja aproveitado pela sociedade brasileira para recompor alguns de seus principais objetivos, que vinham sendo alcançados com sucesso nos últimos 70 anos. Em pouco menos de 20 anos quase que não sobrou nada. O momento é de conscientização e de muita luta, com

a esperança de que a população desperte e caminhe para a afirmação de nosso destino histórico.

ECOS – *Como o senhor avalia o saneamento no Brasil? Qual a relação com o colapso energético que vivemos hoje?*

Bautista Vidal – O saneamento significa vida e saúde estáveis, sem riscos maiores, no sentido literal. Energia movimenta e transforma o mundo. A economia depende dela vitalmente. Portanto, são partes essenciais da vida de um povo. Ambas implicam responsabilidades coletivas fundamentais, sem as quais não são possíveis as civilizações, apenas a barbárie.

Andréa Cristina Martins de Freitas é jornalista

Governo propõe mudança para o saneamento no país

THEO ROCHEFORT

Realidade do saneamento reflete as mazelas da concentração de renda no País: um quarto das residências não tem água potável

Há seis meses, um projeto enviado pelo Palácio do Planalto ao Congresso tira o sono de políticos de diferentes cores ideológicas e de empresários e técnicos do setor de água e esgoto no País. A preocupação se justifica. Esse projeto, encaminhado em 22 de fevereiro, às vésperas do Carnaval, propõe alterações profundas na política de saneamento básico.

A iniciativa do governo está prevista no cronograma de privatizações estabelecido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para os próximos dois anos. E é um compromisso assumido em 1999 com o Fundo Monetário Internacional (FMI) de vender as companhias estaduais e serviços municipais de água e esgoto.

O projeto, assinado pelo deputado federal Wellington Moreira Franco (PMDB/RJ), transfere para os Estados o poder

Não há garantias de que a universalização do sistema virá a ser executada pela iniciativa privada

de decisão sobre os serviços dos municípios. Hoje, a definição sobre

os operadores do sistema de água e esgoto está nas mãos das prefeituras em todo o País.

Projeto discrimina a população, rompe a autonomia dos entes federados e fere a Constituição em vários artigos

Considerado um setor essencial, o saneamento envolve números de encher os olhos. E o bolso. O sistema movimenta R\$ 17 bilhões anuais no País e R\$ 400 milhões só pela Companhia Rio-grandense de Saneamento (Cor-san). Além disso, pelo menos 100 milhões de usuários – dos quais 91% são atendidos por rede de distribuição de água – formam um mercado potencial atraente para qualquer gigante mundial da área.

O Brasil é um privilegiado quando se trata de recursos hídricos. Dono de 13% da água doce do planeta, o Brasil é conhecido como a superpotência hídrica do mundo. No entanto, a realidade do saneamento reflete as mazelas da concentração de renda no País. Dados do IBGE indicam que dos 70% que possuem residência, um quarto não tem acesso à água potável. E

quase a metade não é servida por redes de esgoto.

A chegada do projeto à Câmara dos Deputados, em regime de urgência, em fevereiro, atçou uma disputa antiga entre governo, estatais e empresas privadas pela autonomia de gestão do saneamento. Provocou também uma reação quase imediata da sociedade. Em cada Estado, deputados, prefeitos, empresários e sindicalistas se mobilizaram para forçar o Executivo a retirar o caráter de urgência do projeto.

O Rio Grande do Sul foi um dos primeiros a manifestar sua posição contrária à tramitação em regime de urgência. Dois dias depois da chegada do projeto ao Legislativo, informada da ação do governo, a diretoria do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) mobilizou setores políticos e sociais para planejar uma reação. No dia 8 março, os conselheiros do Orçamento Participativo de Porto Alegre foram unânimes em rejeitar a proposta apresentada pelo Palácio do Planalto.

No mesmo mês, o Conselho Deliberativo do DMAE, formado por representantes de instituições tão variadas como o Centro das Indústrias do Estado, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI), discutiu a retirada do caráter de urgência do projeto

O documento desconsidera que saneamento tem a ver com drenagem urbana, resíduos sólidos e controle de vetores

4.147/01, junto com ex-diretores e a atual direção do Departamento. A posição contrária à proposta foi

exposta pelo diretor-geral do DMAE, Carlos Atílio Todeschini, à bancada gaúcha em Brasília. Ao final da reunião, os deputados assinaram uma carta endereçada ao presidente Fernando Henrique Cardoso, pedindo a retirada do regime de urgência.

A Assembléia Legislativa gaúcha enviou um abaixo-assinado ao presidente da República com o mesmo objetivo. Essa mobilização conseguiu sua primeira vitória: o regime de urgência foi retirado. Em abril, durante a Marcha dos Prefeitos, uma representação de políticos, órgãos públicos, sindicatos e entidades de classe esteve na capital federal para pressionar os deputados. Em Porto Alegre, centenas de pessoas participaram de ato-show e culto ecumênico na Usina do Gasômetro, em defesa do saneamento público. Mobilizações como essa se espalharam pelo País.

Mas o governo voltou a insistir e enviou o projeto pela segunda vez. O barulho foi tanto que o obrigou a um novo recuo. Agora, a votação está prevista para o início de setembro. Um relatório sobre o projeto está sendo elaborado pelo deputado Adolfo Marinho (PSDB-CE), da Comissão Especial do Saneamento. O texto, entretanto, tem falhas, na opinião de Todeschini.

Segundo ele, um dos problemas é que o relatório limita o conceito de saneamento apenas a água e esgoto cloacal. "O documento

desconsidera, por exemplo, que saneamento tem a ver com drenagem urbana, resíduos sólidos e controle de vetores", comenta. Para Todeschini, há principalmente a preocupação com o espaço que terá no relatório a questão da titularidade dos serviços, "ponto essencial do projeto".

Enquanto a votação não chega, a proposta apresentada pelo governo é bombardeada com críticas. "Não entendo o que levou o Executivo a reapresentar o projeto, mesmo sabendo que a sociedade quer discutir com mais profundidade o assunto", reclama o deputa-

do e, em consequência, a arrecadação. Os Estados passariam a decidir livremente sobre a administração do sistema.

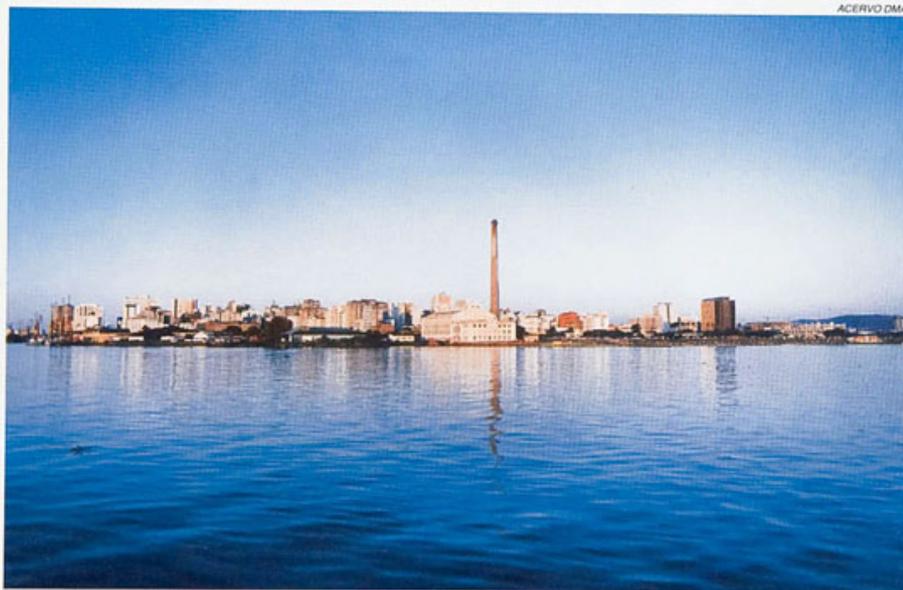
Segundo o vereador porto-alegrense Estilac Xavier (PT), o projeto cria as condições políticas e materiais para o governo deflagrar o processo de privatização do sistema. "Depois de retirada a titularidade dos municípios, os estados serão compelidos à venda do setor por força de seus ajustes fiscais", prevê. Desde 1997, o governo direciona recursos para financiar a iniciativa privada, com a possibilidade de obtê-los, por exemplo, junto

ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Até então, esses recursos eram direcionados somente a operadores públicos.

Porto Alegre, por exemplo, localiza-se na bacia hidrográfica do Lago Guaíba, que abastece também outros municípios. O projeto de lei pode classificar o serviço de saneamento de Porto

Alegre como de interesse comum a outras cidades, possibilitando a transferência da titularidade. "Isso é uma irresponsabilidade", critica Todeschini.

Atualmente, o DMAE leva água a 99,5% da população da capital gaúcha e, junto com o Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), é responsável pela coleta de 86% dos esgotos de Porto Alegre. Em 2000, o DMAE aplicou R\$ 30 milhões em saneamento. Neste ano, o orçamento previsto é de R\$ 174 milhões. Anualmente, o DMAE



A capacidade do Lago Guaíba é de 940 milhões de metros cúbicos

do federal Alceu Collares (PDT), contrário ao projeto.

Para Collares, a proposta é revestida de equívocos constitucionais. Uma das mais graves é a que cassa a titularidade dos serviços dos municípios, ferindo a autonomia garantida pela Constituição de 1988. Com o projeto, cerca de 500 municípios brasileiros podem ter sua arrecadação enxugada.

No Estado, 347 das 497 prefeituras contratam a Corsan para executar a atividade. Se aprovado o projeto, a maioria delas perde a

aplica uma média de R\$ 30 milhões em obras de saneamento.

Todeschini defende a gestão pública dos serviços de saneamento. "A crise energética do País desvenda a mitificação da eficiência da iniciativa privada para a infraestrutura pública. O setor público é capaz de prestar mais e melhores serviços nessa área." Exemplos internacionais não faltam. O diretor do DMAE cita o do Chile, onde a privatização do saneamento só beneficiou grandes grupos privados. "Cerca de 20% da população não podem pagar suas contas de água e esgoto, o que tem sido feito pelo governo daquele país às empresas responsáveis pelos serviços", afirma.

O vereador João Dib (PPB), de Porto Alegre, reforça essa tese. "O DMAE e a Corsan são bons exemplos de eficácia na administração pública do saneamento", avalia. Por duas vezes diretor do Departamento, Dib afirma que o projeto do governo não é claro em relação à titularidade dos serviços e, por isso, deve ser melhor discutido com a sociedade. "De qualquer forma, discordo da proposta, por levar à desestatização do setor."

A deputada federal Yeda Crusius (PSDB) contesta a ideia de que o projeto é de privatização. "A proposta é boa e não pode ser confundida dessa maneira. Ela não obriga a nada. O que dificulta sua aceitação são os critérios para a titularidade", afirma. Yeda defende a flexibilidade para que municípios e Estados decidam livremente sobre a concessão dos serviços. Ela acredita que, com o projeto, o governo federal possibilitará a prestação descentralizada e racional dos serviços. "A legislação brasileira para o saneamento é anacrônica e esta proposta vem para modernizá-la."

Mas nada garante que apenas a atualização da lei seja capaz de mudar a difícil realidade do saneamento no País. Nem



tampouco a simples privatização, olhando para o que acontece nos setores de telefonia e energia. Atualmente, apenas um em cada dez brasileiros dispõe de esgoto tratado. E não há garantias de que a universalização do sistema virá a ser executada pela iniciativa privada, principalmente porque a busca de retorno financeiro faz com que as concessionárias olhem com especial interesse para apenas 316 cidades. São as que têm mais de 50 mil habitantes, infraestrutura privilegiada e podem oferecer boa rentabilidade. É o filé mignon da rede de água e esgoto do País.

O presidente da Assembléia Legislativa, Sérgio Zambiasi (PTB), é taxativo: "A mão do Estado deve estar sobre as áreas essenciais, como o saneamento. A água não pode

ser objeto de lucro, porque é essencial a toda a população". Para ele, o projeto ignora o caráter público da água e a transforma em mercadoria. Por sugestão de Zambiasi, uma comissão formada por deputados, vereadores, trabalhadores, empresas públicas de saneamento e entidades de classe do Estado levou a Brasília a posição contrária ao projeto do governo federal.

Na opinião do diretor-presidente da Corsan, Dieter Wartchow, o projeto do governo discrimina a população, rompe a autonomia dos entes federados, fere a Constituição em vários artigos e desconecta as ações de saneamento básico das de saneamento ambiental.

Wartchow compara as re-

alidades estadual e federal: enquanto a Aneel autorizou reajuste de 20% para as empresas privatizadas, a Corsan, em 2000, reduziu as tarifas em 13% para dois milhões de gaúchos, considerados população de baixa renda. “Os benefícios prometidos com a privatização não aconteceram. No lugar deles, só aumentos.”

Segundo Wartchow, a intenção do governo federal é “sucatear moralmente as instituições públicas, dificultando o acesso aos recursos”. Pelos cálculos do presidente da Corsan, uma aplicação anual de R\$ 4 bilhões no setor resultaria na geração de 300 mil empregos. O investimento atual não passa de R\$ 2,1 bilhões, a média entre 1995 e 1998.

O descaso com o setor – com redução de investimentos públicos em saneamento e mau uso do dinheiro público – tem desenhado cenários dramáticos no País. Um exemplo é Alagoas, o Estado com menor desenvolvimento social, segundo o balanço do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado em abril deste ano. Conforme o documento, uma em cada quatro mortes de bebês em Alagoas é causada por doenças relacionadas à qualidade da água e do saneamento básico.

O pequeno município de Teotônio Vilela, no interior de Alagoas, é o retrato fiel dessa situação. Em 1994, foram registradas 377 mortes. Desde então, a cidade de menos de 29 mil habitantes virou um canteiro de obras do governo federal, na tentativa de mudar o quadro de mortalidade infantil. O atual governo prometeu transformar Teotônio Vilela no primeiro município a ter 100% de rede água e esgoto na região Nordeste.

Nos últimos cinco anos, canos atravessaram a cidade e foram ligados a duas represas de tratamento de esgoto. Mas tanto



as tubulações quanto as unidades de tratamento estão abandonadas. Os habitantes da cidade são tão pobres que não podem completar a parte final da obra, a ligação das casas à rede pública. A situação, portanto, continua a mesma.

A ÁGUA NO MUNDO

Argentina

A concessionária Suez, de bandeira francesa, é acusada de não cumprir metas de obras e renovação de estações de tratamento em Buenos Aires. As tarifas aumentaram 80% nos primeiros cinco anos de concessão.

Inglaterra

O governo privatizou o setor em 1989. Dez companhias fornecem água e esgoto e outras 23 respondem apenas pela água. Em Londres, o processo de privatização teve percalços que mancharam a imagem do governo. A desestatização elevou as tarifas em 30% e ainda provocou o aumento das perdas por vazamento.

França

Os municípios têm autonomia na gestão dos sistemas de água e esgoto. A maioria deles, no entanto, concede a grupos privados. Cinco companhias são responsáveis por 75% da água produzida no país, na metade dos municípios. Elas abastecem cerca de 80% da população.

Alemanha

O sistema em 11 mil municípios está sob controle público. Uma das características marcantes é o caráter local da gestão. Há casos de associações de municípios e empresas que realizam serviços de água e esgoto.

Portugal

Quem responde pelos serviços de água e esgoto no país são os municípios. Lisboa e cidades próximas são servidas por uma sociedade anônima de capital público, a Epal. A concessão dos serviços é permitida, assim como a formação de sistemas intermunicipais, desde que com o controle de capital público.

O QUE PENSAM AS LIDERANÇAS DO RIO GRANDE DO SUL SOBRE O PL 4147

PROJETO INACEITÁVEL

“O projeto é inaceitável. Todas as evidências no País são de que as privatizações em áreas essenciais deram resultados negativos. Em relação à água, que é um bem fundamental para a vida, só podemos ser contrários. A proposta do governo federal para a água e o esgoto não contribui para a universalização dos serviços, retira de forma autoritária a titularidade dos municípios e abre caminho para a desestatização. O saneamento deve estar sob controle e execução públicos, sob pena de não se alcançar a universalização dos serviços.”

Deputado federal Henrique Fontana (PT)

POSSIBILITA A PRIVATIZAÇÃO

“Sou contra o projeto, porque possibilitara a privatização do setor de saneamento. Os Estados Unidos, que são o país mais liberal, do ponto de vista econômico, no mundo, mantêm sua rede de água e esgoto sob o controle do Estado. No Brasil, não podemos delegar esses serviços à iniciativa privada. Principalmente porque o saneamento tem relação direta com a saúde pública e o meio ambiente.”

Deputado federal César Schirmer (PMDB)

MUNICÍPIOS NUM BRETE

“O projeto coloca os municípios em um brete. Não há alternativas a quem não conceder ao setor privado. Além disso, a proposta do governo fere o princípio republicano da autonomia dos entes da federação e promove a lógica da submissão aos conceitos mercadológicos defendidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A possibilidade de privatização da água também é uma ameaça grave à saúde pública da maioria da população, porque o acesso ao saneamento passa a ficar condicionado apenas à questão econômica.”

Deputada estadual Cecília Hypólito (PT)

A BUSCA DO LUCRO

“Como a água é um elemento vital e cada vez mais valioso, não é difícil entender o interesse que o negócio desperta no governo federal, que quer fazer caixa, e no setor privado, que busca o lucro. A proposta está na contramão da universalização do saneamento, caminho buscado por vários países do Primeiro Mundo e também do Terceiro Mundo, que já tiveram o desprazer de provar o gosto amargo da privatização da água. Na Argentina, por exemplo, a concessionária Suez é acusada de não cumprir as metas de obras e expansão. E ainda reajustou as tarifas em 80%. Mas nem o governo nem a sociedade podem mudar a situação: o rompimento do contrato custaria milhões de dólares aos cofres públicos.”

Deputado federal Pompeu de Mattos (PDT)

DESCONSIDERA A SOCIEDADE

“Assim como o apagão, o projeto é fruto de uma política deliberada, que submete os interesses do País aos acordos com o grande capital financeiro internacional. É consequência do culto ao mercado, da imprudência e da irresponsabilidade de um governo que, ao enviar a proposta em regime de urgência, desconsidera a participação da sociedade e a própria Constituição Federal. No mérito, o projeto acaba com a titularidade municipal dos serviços de saneamento e abre o caminho para a privatização de um setor estratégico para a segurança e soberania nacional, para a saúde e a vida do povo brasileiro. É preciso mobilizar amplos setores para garantir não só a derrubada desta proposta, mas o fim do governo antipopular e antipatriótico de FHC e para construir um projeto alternativo à política neoliberal em que a vida se sobreponha aos interesses do mercado.”

Deputada estadual Jussara Cony (PC do B)

GRAVES REPERCUSSÕES

“O projeto trará graves repercussões econômicas para o Estado e também para os municípios. A proposta atenta contra as políticas de saúde pública e a qualidade de vida da população, além de comprometer os avanços históricos na organização do controle social sobre os recursos hídricos, como o alcançado pelos Comitês de Gestão de Bacias Hidrográficas, setor em que o Rio Grande do Sul foi pioneiro. É preciso conscientizar o Congresso e a população sobre um tema tão relevante, com forte repercussão econômica pelo impacto da possível desnacionalização do setor e a exploração, por grupos privados, de serviços essenciais à saúde pública e ao meio ambiente.”

Secretário de Obras Públicas e Saneamento do Rio Grande do Sul, Edson Silva

Theo Rochefort é jornalista

Entidades se posicionam diante do projeto de lei 4.147/01

ANA CRISTINA GHISLENI

Diversos grupos dizem o que pensam sobre a proposta do governo federal

Desde que o conteúdo do projeto de lei 4.147/01 do governo federal tornou-se público, a única unanimidade existente em torno dele é a da necessidade de discussão ampliada. Isso se justifica pela importância do tema de que trata o projeto (saneamento) e por diversas dubiedades e suspeitas que o texto lança. Uma das suspeitas – que, diante da onda privatista e de diversos compromissos assumidos internacional-

que são, coincidentemente, os setores lucrativos e não se refere à drenagem urbana, aos resíduos sólidos e ao controle de vetores?

Diante de tantas dúvidas, muitas associações, entidades, sindicatos, secretarias e diversos outros setores organizados da sociedade promoveram debates sobre a proposta, posicionando-se claramente contra a pressa do governo e contra o teor do texto. A Companhia Rio-grandense de Saneamento (Corsan), por exemplo, em um artigo assinado por seu diretor-presidente, Dieter Wartchow, é contundente ao alertar a sociedade brasileira para “o engodo de que trata o PL 4.147/2001, na medida que submete a opinião pública a um cenário de sucateamento, para em seguida acenar com a garantia de um paraíso universalizado, tarifas subsidiadas para a população carente e muitos recursos para investimento no setor”.

O texto diz que “a promessa de investimentos de R\$ 50 bilhões nos próximos anos em saneamento e recursos hídricos, a partir de concessões não onerosas para a iniciativa privada, significa transferir o ônus do pagamento destes recursos para a população

usuária, a partir da elevação substancial das tarifas. Privatização não onerosa significa entregar de graça, a custo zero, um monopólio natural, essencial à vida, para o controle privado. Sem dúvida, trata-se de um escândalo que precisa ser evitado”.

Na esteira dessa discussão, o presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, seção do Rio Grande do Sul (ABES-RS), Alexandre Bugin, alerta para a necessidade de uma lei que regule nacionalmente o

O objetivo da discussão não é a mera derrubada do projeto, mas a construção de uma proposta reguladora realmente condizente com a importância que a água tem na vida de todos nós

Projeto de lei mostra cenário de sucateamento, para em seguida acenar com a garantia de um paraíso universalizado, tarifas subsidiadas para a população carente e muitos recursos para investimento

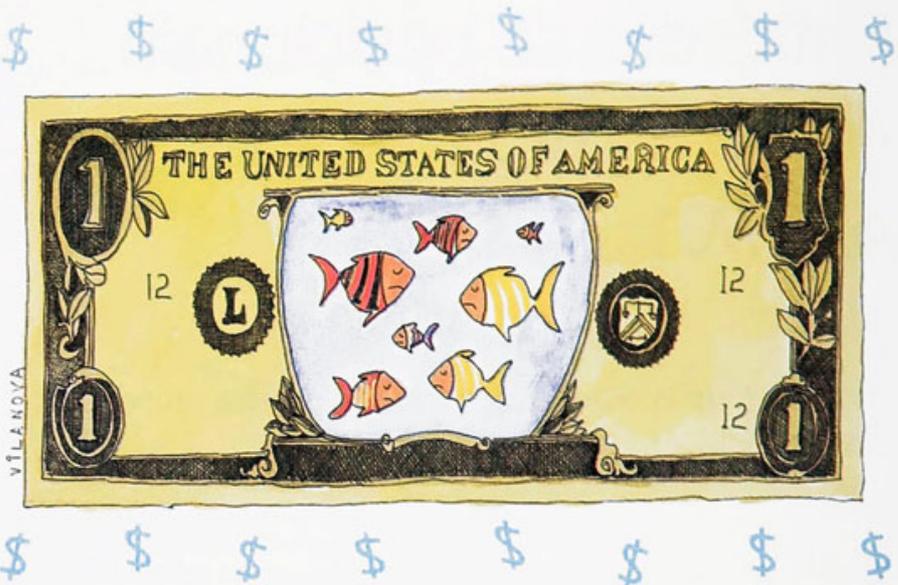
mente, torna-se cada vez menos re-
futável - é o lançamento das bases
para a privatização do setor. Ainda,
pode-se perguntar que saneamento
é esse que só fala de água e esgoto,

saneamento, e diz que a proposta
apresentada pelo governo federal
não é a mais acertada. Bugin
também alerta para a exclusão de
diversos setores que compõem o
saneamento ambiental (como
drenagem urbana, resíduos sólidos,
saneamento rural e controle de
vetores) da regulação proposta.
Além disso, a questão da saúde
pública não é tocada. Como resume
Bugin, “o projeto não é voltado para
o saneamento ambiental, além de
ferir a Constituição no que se refere
à titularidade municipal”.

O próprio Conselho de
Recursos Hídricos do Rio Grande
do Sul, em reunião ampliada com
a participação dos comitês e
comissões provisórias de gerenci-

amento de bacias do Estado, analisando o PL 4.147, redigiu o documento a seguir, que sintetiza as opiniões das diversas entidades participantes.

“O referido projeto de lei se configura como um instrumento de retrocesso na política da gestão das águas, uma vez que estabelece uma série de procedimentos que remetem à decisão federal em assuntos que – tanto pela Constituição quanto pela lei que cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97) – são prerrogativas dos estados e dos municípios. Com isso, reverte o processo de descentralização do sistema que hoje está se fazendo, com a implantação gradativa dos comitês de bacias e com a organização dos sistemas estaduais. (...) Determinando a organização dos serviços de saneamento com base em bacias hidrográficas, este projeto de lei simula uma articulação com o sistema nacional e com os sistemas estaduais de gestão dos recursos hídricos, mas a rigor esta relação é colocada apenas para fortalecer a camisa-de-força que resultará, necessariamente, na passagem da



titularidade destes serviços dos municípios para os estados. Mais tarde, quando é definido que a União só desenvolverá ações de saneamento básico junto aos que cumprirem o que está disposto, não deixa mais nenhuma possibilidade de financiamento aos que não privatizarem seus serviços. O primeiro aspecto, portanto, é que o referido projeto de lei se choca frontalmente com as leis que estabelecem o sistema federal e os sistemas esta-

Diversos setores que compõem o saneamento ambiental, como drenagem urbana, resíduos sólidos, saneamento rural e vetores, não fazem parte da regulação proposta, e a questão da saúde pública nem é tocada

A PARTIR DA ANÁLISE DO PL 4.147, O CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DECIDIU:

- ◆ Repudiar, no referido projeto de lei, os aspectos que encaminham para uma profunda alteração da lógica da construção da política da gestão dos recursos hídricos, sobretudo no controle social;
- ◆ Solicitar ao Congresso Nacional o aumento de prazo para sua discussão, visto que um projeto dessa natureza não pode ser votado em regime de urgência, devendo, por seu grau de interferência na vida dos cidadãos, ser amplamente conhecido pela sociedade;
- ◆ Solicitar formalmente ao ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, que o tema seja pautado no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e no Conselho Nacional de Meio Ambiente;
- ◆ Constituir uma comissão de acompanhamento no âmbito do Conselho de Recursos Hídricos do processo, para envidar os esforços necessários ao bom encaminhamento desta resolução.

duais de recursos hídricos.”

Esforços como este, aliás, estão surgindo de vários lados, unindo forças de oposição e até mesmo do próprio governo federal, para que o projeto seja analisado de forma mais lúcida. Importa sempre dizer que o objetivo da discussão não é a mera derrubada do projeto, mas a construção de uma proposta reguladora realmente condizente com a importância que a água tem na vida de todos nós.

Ana Cristina Ghisleni é jornalista

SANEAMENTO PÚBLICO COM QUALIDADE: ESSA É A NOSSA HISTÓRIA

A antiga estação Moinhos de Vento já é parte integrante da paisagem da cidade. Testemunhas silenciosas da história do abastecimento de água, seus prédios de linhas neoclássicas viram nascer o empreendimento que seria um dos pilares da qualidade de vida em Porto Alegre.

Durante 40 anos, o DMAE se transformou num exemplo de empresa pública que mantém 99,5% da população com abastecimento de água e está muito próxima de alcançar, com a construção da Estação Ponta da Cadeia, o índice de quase 80% no tratamento dos esgotos. Todos esses fatos somados tornam o Departamento referência nacional em matéria de saneamento.

DMAE
40 anos

DMAE: orgulho do porto-alegrense

FLÁVIO ILHA
MARIA DE LOURDES DA CUNHA WOLFF

A tarefa de recuperar a balneabilidade do Lago Guaíba engloba fornecimento de água tratada, tratamento de esgotos, disposição adequada dos resíduos sólidos, drenagem urbana e motivação dos cidadãos para o uso correto dos equipamentos públicos

Pode parecer exagero, pode parecer um dado inacreditável, mas é verdade: 99,5% de 1.360.000 porto-alegrenses contados pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2000 têm abastecimento regular de água potável, limpa, pronta para o consumo, segura para a saúde. Esse índice foi sendo conquistado ao longo da história, desde as primeiras fontes de abastecimento, construídas no século 18, até as carroças dos pipeiros, puxadas por burros, e as estações de tratamento químico, implantadas a partir da década de 1950.

“Somos a única capital do Brasil que tem serviço próprio de saneamento. O Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) é o maior serviço municipal do Brasil, o que nos ensinou a andar com as próprias pernas”, define o Secretário de Obras e Viação de Porto Alegre, Guilherme Barbosa, que administrou a empresa responsável por esses indicadores de 1989 a 1992.

Por isso, Porto Alegre é o que é em termos de abastecimento de água, independentemente do perfil ideológico de quem fale. “O DMAE é um orgulho para a cidade. E continua crescendo, o que é uma

Rede que leva água tratada a 99,5% habitantes de Porto Alegre tem 3.100 quilômetros e faz parte do maior serviço municipal de saneamento do Brasil

Limitada a duas fontes de água pública em 1778, seis anos depois de sua fundação oficial, Porto Alegre dispõe hoje de uma rede de abastecimento que se espalha por 3.100 quilômetros lineares. Diariamente, 530 mil metros cúbicos de água tratada são levados a 469 mil economias residenciais.

coisa muito boa, e mantendo um padrão de qualidade e de respeito”, diz vereador João Dib, administrador do Departamento por duas vezes, entre 1968 e 1969 e entre 1975 e 1976.

O DMAE, claro, não é o único responsável pela qualidade e abrangência da água servida em

Porto Alegre, mas sem seus 40 anos de história, que serão completados em dezembro, certamente a cidade teria um quadro menos nobre do que o descrito. Cerca de cem anos antes, Porto Alegre – então uma agradável vila situada às margens de um lago limpo e cristalino – já discutia a criação de um departamento que cuidasse do abastecimento regular de água para a população.

O DMAE pretende oferecer água como insumo (sem tratamento) para empreendimentos industriais e comerciais, e já desencadeou um processo de reavaliação e de reestudo do Plano Diretor de Águas

A Companhia Hidráulica Porto Alegrense, fundada em 1862, só conseguiu oferecer serviços de água encanada - acabando de vez com a venda em barris feita pelos pipeiros - quatro anos depois, a partir do reservatório situado em frente ao Palácio Piratini, nas cercanias do Theatro São Pedro. A canalização aproveitou antigas galerias e abrigos subterrâneos, construídos para o caso de um ataque que nunca houve.

Essa empresa foi o embrião de um serviço autônomo, eficiente, adequado de fornecimento de água para uma cidade como Porto Alegre. A quantidade nunca foi problema: os 940 milhões de metros cúbicos do Guaíba são capazes de abastecer várias cidades do tamanho da capital. É um dos maiores mananciais de água doce do País, um privilégio da cidade. Mas o mesmo não se pode dizer da qualidade da água.

Há cem anos, as autoridades já estudavam os pontos da margem do lago onde a água poderia ser captada sem perigo de contaminação. Preocupavam, nessa época, principalmente os dejetos urbanos e o intenso trabalho das lavadeiras, que usavam a então conhecida Praia do Riacho (atual Rua Washington Luiz) para seu trabalho.

não ajudou muito, já que continuou despejando os dejetos “in natura” na antiga Ponta do Melo (local onde hoje está o prédio do extinto Estaleiro Só) e na Ponta da Cadeia (próximo à Usina do Gasômetro).

Aos poucos, no entanto, as primeiras obras de saneamento foram sendo feitas para iniciar e, depois, aumentar o percentual de

efluentes tratados. Mas o problema persiste. “É muito difícil resolvermos isso, basicamente pela questão financeira”, diz o ex-diretor László Böhm (de 1977 a 1983). Ele reconhece a parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), responsável por boa parte dos recursos do Pró-Guaíba, como muito positiva para a cidade. “Se não tivesse esse dinheiro, não haveria possibilidade de resolvermos o problema do esgoto em Porto Alegre”, diz.

Mas, para Böhm, persistem ainda os problemas inerentes a uma malha sanitária complexa como a de uma cidade do porte da Capital. “Nós descobrimos que existe uma rede, feita no tempo do Brizola, na década de 60, que está toda mis-



ETE Lami: a primeira grande estação que utilizou o sistema de lagoas de estabilização

O lago foi sendo contaminado dessa forma: primeiro, os resíduos domésticos; depois, atividades comerciais e industriais que começaram com as lavadeiras e se estenderam a empreendimentos de grande porte. O Guaíba foi usado como saída para os indesejáveis resultados de um processo produtivo ultrapassado. Um século depois, o lago deu os primeiros sinais de que não comportava mais as agressões que sofria; o abastecimento de água se tornou custoso, as obras de saneamento tiveram de ser aceleradas e, hoje, o Guaíba voltou a respirar em alguns dos pontos mais afastados dos locais de alta densidade urbana.

A preocupação com a saúde pública na cidade data de 1850, mas somente em 1912 o despejo dos resíduos domésticos no Guaíba – os famosos cubos – foi definitivamente proibido e substituído por um sistema de esgoto com 50 quilômetros de extensão. Que, todavia,



ETA Moinhos de Vento: primeira construída em Porto Alegre

turada ao esgoto pluvial. O sujeito faz um puxadinho na casa, que tem um esgotinho, e aí o cara liga na antiga fossa e vai ligando, e termina ligando no lugar errado. Essas coisas a gente vai descobrindo e se obrigando a mexer cada vez mais”, completa. O grande problema, para o engenheiro, é que a rede muitas vezes está disponível na rua, mas sem a ligação com a casa ou prédio, que está ali há mais tempo.

O sistema de esgotos de Ipanema, que começou a funcionar em 1996, reúne cinco estações de bombeamento, um interceptor, um emissário e a maior estação de tratamento de esgotos da cidade

Uma consequência do trabalho de recuperação do Guaíba é o início de funcionamento do Sistema de Esgotos Ipanema, do qual faz parte a maior Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) da cidade. Na região, já foi possível detectar uma melhoria substancial na qualidade da água e, em alguns pontos analisados, a balneabilidade foi recuperada. “Mas tudo faz parte de um processo”, adverte o atual diretor-geral do DMAE, Carlos Todeschini. Primeiro, segundo ele, se começa com uma mudança na cultura da sociedade em relação a seu patrimônio, que é o Guaíba. Em paralelo, vai se alterando a forma de agir da administração pública. Baseada nisso é que a atual administração do DMAE tem como prioridade a universalização do abastecimento aos porto-alegrenses e ao aumento do índice de tratamento de esgotos que, com a implementação do Projeto Ponta da

Cadeia, atingirá os 77%.

“Em determinadas áreas, já temos experiência suficiente para nos distinguir dos demais serviços de água e esgotos do Brasil. A área de desenvolvimento, por exemplo, é modelar, porque tem uma grande capacidade de planejar e executar obras, e nos diferencia de outras capitais, principalmente pelo programa de saneamento ambiental”, diz.

Porto Alegre, na verdade, lançou-se inteira nessa grande empreitada que é recuperar a balneabilidade do lago. A tarefa engloba desde o fornecimento de água tratada, até a coleta e tratamento de esgotos, o recolhimento e a disposição adequada dos resíduos sólidos, a drenagem urbana e a motivação dos cidadãos para a importância do uso correto dos equipamentos públicos. O Fórum Permanente de Saneamento e Meio Ambiente e o Programa Guaíba Vive foram criados para orientar essas ações. Nesses organismos, são discutidos, planejados e coordenados os projetos e programas que envolvem o Guaíba e que já contabilizam vários resultados: a conclusão de obras de infra-estrutura das estações de tratamento de água e de esgotos do Lami (ETA e ETE), em 1992, o recolhimento correto do lixo com a coleta seletiva, a estrutura urbanística e viária e a entrega do balneário à população.

O sistema de esgotos de Ipanema, que começou a funcionar em 1996, reúne cinco estações de bombeamento, um interceptor, um emissário e a maior estação de tratamento de esgotos da cidade. A implantação representou um investimento de US\$ 8 milhões, originados de recursos próprios financiados pela tarifa de água e esgoto paga pelos porto-alegrenses. Até o final de 2005, a estação deverá beneficiar diretamente cerca de 142

mil habitantes e, indiretamente, toda a cidade.

Estas ações, por si só, não são suficientes. Por isso está sendo realizada uma revisão no Plano Diretor de Esgotos da cidade, que projeta definições importantes para o futuro da qualidade da água. Uma delas, por exemplo, é a instalação de redes coletoras de esgoto cloacal em locais onde serão construídas estações de tratamento. Em Belém Novo estão sendo implantados 40 quilômetros de rede separadora e instalada a nova Estação de Tratamento de Esgotos, preparando o balneário para voltar a ser uma opção de lazer para o porto-alegrense. Segundo o atual diretor do Departamento, a perspectiva é de que em cinco, seis anos a população possa contar com a balneabilidade de uma praia como Ipanema. “Em Belém Novo, o banho será possível já no final deste ano”, anuncia.

Em Belém Novo, estão sendo implantados 40 quilômetros de rede separadora e também a nova Estação de Tratamento de Esgotos, preparando o balneário para ser mais uma opção de lazer

Além disso, o DMAE também pretende oferecer água como insumo (ou seja, sem tratamento) para empreendimentos industriais e comerciais. “Já desencadeamos um processo de reavaliação e de reestudo do nosso Plano Diretor de Água, para que saibamos exatamente qual o potencial que nós temos de capacidade instalada e quais as obras que serão necessárias para que tenhamos condição plena de atender todo o interessado em u-



ETE São João/Navegantes: um investimento de R\$ 24,4 milhões atendendo uma população de 150 mil habitantes

sar a água como matéria-prima”, avança Todeschini.

No extremo sul de Porto Alegre, por exemplo, o grande contingente populacional começou a se concentrar a partir dos anos 50; na mesma época, o sistema de esgotos tinha seu limite entre os bairros Menino Deus e Assunção, muito longe dos novos bairros que surgiam entre os morros cobertos de vegetação de Ipanema, Guarujá, Ponta Grossa, Espírito Santo. A prioridade da época, no entanto, era concluir a Hidráulica São João, para abastecer de água as mais de 300 mil pessoas que tornavam o norte da Capital a área mais populosa da cidade.

Nessa época, praticamente

um terço das amostras de água coletadas pela Hidráulica Moinhos de Vento – ainda uma empresa independente, surgida da Hidráulica Guahybensense, em 1886 – indicavam uma contaminação no “limite tolerável” da exigência de saúde pública. Desde os primeiros registros de companhias especializadas no abastecimento de água da cidade, o tratamento mais especializado para as águas da cidade consistia em decantar diversas vezes o produto e oferecê-lo dessa forma à população. Foi só no início dos anos 50 que a população da cidade começou a receber um produto de melhor qualidade, fruto da instalação da ampliação da unidade situada nos altos de um dos bairros

mais chiques da cidade.

Nessa época, a central do bairro Moinhos de Vento recebeu o maior reservatório de água de Porto Alegre, com capacidade para acumular 23 milhões de litros, logo superada pelo reservatório do bairro São João, inaugurado em 1958 e com capacidade de armazenagem e tratamento de 85 milhões de litros. Paralelamente, outras unidades menores e independentes – como a Hidráulica da Tristeza – passaram a ser concentradas numa única operação de fornecimento e iniciaram, assim, o embrião do que seria uma empresa independente de abastecimento na capital. A gestão desse sistema ajudou o fornecimento de água a acompanhar as neces-

sidades da população, mas a cidade começou a crescer demais, a exigir obras demais, e o dinheiro simplesmente não chegava para tanto. Foi quando surgiu a possibilidade de uma parceria que iria alterar todo o sistema de fornecimento.

O dinheiro que faltava, claro, veio de uma fonte internacional: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) emprestou US\$ 3,15 milhões para financiar as obras de modernização do sistema

dólar”, lembrava, em 1991, Eduardo Martins Gonçalves Neto - primeiro diretor-geral do DMAE, hoje falecido. Ou seja, para cada centavo emprestado pelo banco, a prefeitura da Capital deveria entrar com igual valor. Além disso, o contrato exigia a gestão do empréstimo por parte de um órgão independente do poder político de prefeitos e partidos, já que deveria ser usado em longo prazo e com contabilidade própria. “Foi uma mudança profunda na manei-

ainda tivesse um sistema descentralizado e pulverizado de abastecimento, o que sem dúvida encarceraria o produto final, comprometeria sua qualidade e deixaria a população da maior metrópole do Sul do País à mercê de administrações semiprofissionais. Com o empréstimo do BID, por exemplo, foi possível construir a Hidráulica do Menino Deus, investir em um sistema mais moderno de abastecimento, com canos de 1,10m de diâmetro e, de quebra, financiar

ACERVO/DMAE



ETE Belém Novo em fase de conclusão

de água em Porto Alegre, que obrigou, por parte da Prefeitura, a criação de um órgão autônomo de arrecadação para fazer frente às contrapartidas do compromisso financeiro. “Era um dólar por um

ra de gerir um bem que, hoje, se revela tão valioso”, recordava Gonçalves Netto.

Não fosse o crescimento da cidade e a possibilidade do empréstimo, é possível que Porto Alegre

outros setores carentes da Prefeitura. “Em pouco tempo, a empresa que surgiu daquela crise já era uma potência econômica num município sem grandes recursos para investir”, dizia Gonçalves Netto.

GARANTINDO O EMPRÉSTIMO DO BID

“Um fato relevante da minha gestão, que posso citar, foi tocar à frente o empréstimo concedido pelo BID, que financiava a construção da Hidráulica Menino do Deus. Esse empréstimo teve sua aprovação em 1963, mas por motivos burocráticos o processo ficou parado no Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Nos dedicamos, então, a atender as exigências estabelecidas pelo BID para oficializar definitivamente o empréstimo, que garantiu a construção, que, como todos sabemos, é de grande valia para a comunidade.”

Nilton Castro Reis – diretor de janeiro a maio de 1964

ADMINISTRAR EM MOMENTO DE CRISE

“Na minha administração, tive de contornar um dos problemas mais graves no abastecimento em Porto Alegre. A Hidráulica do Menino Deus estourou, e jorrou água violentamente sobre as casas da vizinhança. O pânico foi geral. A hidráulica ficou parada duas semanas, tivemos de indenizar milhares de pessoas. Por sorte, tudo aconteceu num domingo, senão, as proporções da tragédia poderiam ter sido maiores. Ainda bem que as interligações do sistema não causaram maiores problemas de abastecimento para a população. É claro que o acidente ficou marcado, escondendo outras coisas importantes que ocorreram no período, como a instalação de sistema de esgotos do Partenon e do coletor geral da margem esquerda do Dilúvio.”

Alfredo Cestari – diretor de 1969 a 1975

EQUIPE PREOCUPADA COM QUALIDADE

“O DMAE, para mim, que fui diretor por duas vezes, é um marco. Algumas coisas foram excepcionais, como acreditar que era possível fazer o abastecimento da cidade por

meio de convênio com os loteadores e com o próprio Departamento. Isso acabou com os carros-pipa, por exemplo, no Alto Petrópolis. Depois, ampliamos as capacidades de abastecimento no Moinhos de Vento e no Menino Deus sem interromper o fornecimento. Agora, o que mais me impressionou no DMAE foi a equipe de servidores. Era uma equipe, nas minhas administrações, que



ACERVO DMAE

Sistema de lagoas de estabilização

vestia a camiseta do Departamento e que tinha uma preocupação intensa com a qualidade do trabalho. Fizemos coisas importantes, como a Hidráulica da Ilha da Pintada, que está prestando um bom serviço, estações de bombeamento, reservatórios. O DMAE está sempre crescendo e é um orgulho para Porto Alegre. E continua mantendo um padrão de qualidade e de respeito por parte da população. O Departamento é um pedaço muito importante nas minhas lembranças, nas minhas emoções e nas minhas alegrias.”

João Antônio Dib – diretor de 1968 a 1969 e de 1975 a 1976

PRIMEIRO PASSO PARA INFORMATIZAÇÃO

“Fiz a primeira tentativa de informatização do DMAE. Comprei dois computadores, sem ninguém saber. Naquela época, só se podia comprar com autorização da Câmara, do prefeito, e tinha de pedir pra Procempa (Companhia de Pro-

cessamento de Dados de Porto Alegre). Naquele tempo, eles tinham o grande *main frame* da IBM, mas eu achava que o futuro estava no PC. Digo “vou comprar dois”. A partir daí, o pessoal começou a trabalhar no computador e aprendeu mais essa técnica, hoje indispensável para o serviço de abastecimento de água. Eu gostei de ser diretor do DMAE e não escondo isso. Sempre me interessei pela parte técnica e funcional e entendia que o nosso dever era fornecer água para a população. Cansei de chegar às 4h da manhã em casa, ficava nas valetas até o fim.”

László Böhm – diretor de 1977 a 1983



ACERVO DMAE

ETE Ipanema: trata 246 l/s

DMAE, MINHA GRANDE ESCOLA

“O DMAE foi, na verdade, a minha grande escola. Comecei como datilógrafo e tive a felicidade, que é rara, de galgar todos os postos até a direção geral. Isso é a coisa mais gratificante que pode ter. A primeira missão que recebi quando me formei em Engenharia foi resolver o problema da implantação do sistema de esgoto sanitário em Porto Alegre. Naquela época, havia um projeto de implantação com uma velocidade bem maior do que o que vinha se fazendo com os recursos próprios, e o DMAE tinha que se preparar para esse novo momento. O DMAE é o que é, hoje,

graças ao seu pessoal. Os técnicos do Departamento são pessoas reconhecidas até internacionalmente. E temos pessoas importantíssimas que foram dirigentes do DMAE e que foram destaques internacionais. Em todos os congressos de engenharia, o órgão sempre tem um destaque. Mas também há um aspecto de organização institucional que foi vital: exatamente a busca de um financiamento no exterior, anterior a minha estada na direção. Em determinado momento, o DMAE teve que buscar recursos para os programas de expansão da rede de água e implantação de novas unidades, e, em especial, o problema de esgoto. Outro fato importante é que no DMAE sempre houve respeito de parte das autoridades. Nunca, durante a minha gestão como diretor-geral, um vereador veio pedir para indicar uma pessoa para um cargo de confiança.”

*Wilson Ghignatti -
diretor de 1983 a 1985*

TRANQUILIDADE PARA TOCAR AS OBRAS

“O que eu poderia dizer do DMAE, a minha lembrança em sete meses de administração, é de uma coisa, assim, feita de amor, até. Não teria uma outra coisa para dizer. Realmente, foram sete meses de paz e tranquilidade, em que se tocaram obras de saneamento que tinham de ser feitas. De uma maneira geral, as coisas foram muito bem do primeiro ao último dia.”

*Paulo César Sampaio -
diretor em 1985*

IMPLANTAMOS A CONTA CONSUMO

“Os índices inflacionários de 1985 não haviam sido repassados aos custos tarifários. Este fato ocasionou, logo no início de nosso período administrativo, problemas de fluxo de caixa, com prejuízos para execução das metas a que nos pro-

púnhamos. Isso logo foi superado com o equacionamento do equilíbrio tarifário e a conseqüente avanço dos investimentos previstos. A implantação do Plano Cruzado atuou de forma generalizada, desestabilizando o setor de saneamento como um todo. Mesmo assim, o DMAE soube, de igual forma, superar este desafio. O percentual de investimentos do órgão sempre se manteve em faixas variáveis de 27% a 40% de sua receita. O DMAE sempre se destacou no País pelos elevados índices de abastecimento de água e coleta de esgotos. Estabelecemos os projetos indispensáveis para o alcance da meta de 100% de abastecimento de

público, de doação e capacidade de seu corpo funcional.”

*Carlos Alberto Petersen -
diretor de 1986 a 1989*

ANDANDO COM AS PRÓPRIAS PERNAS

“Porto Alegre é uma das capitais brasileiras que têm serviço próprio de saneamento. O DMAE é um dos maiores serviços municipais do Brasil. A partir dessa decisão política, que dependeu muito da mobilização dos funcionários, com repercussão na própria Câmara de Vereadores, o Departamento comeu o pão que o diabo amassou. Não teve qualquer recurso do governo federal, financiamento, nada.



**ETA São João: o sistema superpulsator
foi implementado em 1992**

água para a população urbana, iniciando o abastecimento de água para as vilas ditas clandestinas e loteamentos irregulares que, até então, contavam apenas com o superado sistema de torneiras públicas. Estabelecemos a tarifa consumo, na qual cada habitação pagava pelo consumo real, acabando com a tarifa mínima determinadora do subsídio cruzado, onde o pequeno consumidor financiava os grandes consumidores. Não se pode deixar de ressaltar que o mérito do DMAE, sem dúvida extraordinário exemplo de qualidade em serviços públicos, reside no elevado grau de espírito

Ao mesmo tempo, isso foi importante, porque aprendemos a andar com as próprias pernas, fomos ficando fortes, investimos bastante. Em face dessa determinação, de não conseguir diretamente financiamento da União, o Projeto Rio Guaíba foi uma espécie de dribble que se deu, estabelecendo um convênio entre o DMAE e a Corsan. Nunca deixamos, mesmo em momentos duros da economia do País, de trabalhar as tarifas de uma maneira bastante séria e responsável. Sempre cito dois casos: em 1989, o presidente Sarney baixou, logo em fevereiro, o Plano Verão, que congelou todos os

preços. Mal tínhamos entrado no Departamento e avaliamos que a tarifa precisava de um reajuste de 60%. Descobrimos, então, que o saneamento é o que a Constituição chama de 'assunto de interesse local'. Portanto, quem o gerencia é o município. Então, aumentamos a tarifa em 59%, mesmo em pleno congelamento! Eu virei, durante um certo período, o inimigo público número 1 em Porto Alegre. Se tivéssemos ficado com a tarifa antiga, nenhuma obra nova teria sido possível. E se a gente não tem capacidade de investimento, quem paga termina sendo a parcela mais carente da população, que é quem não tem o serviço. Neste momento, o DMAE está tendo a saudável ousadia de negociar com o Banco Japonês de Investimento um financiamento de US\$ 130 milhões. Uma autarquia municipal tem a possibilidade financeira de buscar um financiamento desse porte exatamente por estas questões."

*Guilherme Barbosa –
diretor de 1989 a 1992*

SANEAMENTO SOB OUTRA ÓTICA

"Não tenho dúvidas de que, no caso dos serviços de saneamento básico, a importância do município é fundamental. Por isso valorizamos tanto a presença do DMAE nessa conjuntura de prestação de serviços essenciais e necessários a todos, não a apenas alguns. Os municípios é que devem regular e operar suas próprias relações de cooperação, conforme os respectivos e específicos interesses e objetivos. O DMAE fez - e faz - isso muito bem. Por outro lado, o DMAE serve também como contraponto à falta de vontade política do governo federal em investir mais no setor. No ano passado, foram R\$ 150 milhões destinados ao saneamento. É um valor pífio. Sem dúvida, é muito pouco para quem quer se habilitar para estabelecer regras de saúde e

qualidade de abastecimento para o País. Como autarquia municipal, investimos muito mais que isso, proporcionalmente ao nosso tamanho. Para universalizar o atendimento, como fizemos no DMAE, é preciso compreender o saneamento sob outra ótica. Sempre digo que investir na gestão pública e eficaz do saneamento ambiental é socialmente indispensável, ambientalmente necessário, economicamente rentável e politicamente correto. Foi o que procuramos fazer no DMAE. Também tenho dito que é preciso educar a sensibilidade das pessoas para a participação. Não



EBAB São João: inaugurada em dezembro de 1999

há por que ficar à janela, contemplando, e abdicar da construção de um futuro melhor e mais justo para todos, como temos feito. O DMAE apresenta, a meu ver, essa síntese: é público e, sendo assim, permite que todos cresçam com ele."

*Dieter Wartchow –
diretor de 1992 a 1999*

EMPRESA PÚBLICA PODE SER EFICIENTE

"Nos dois anos em que estive à frente do Departamento, destaco a aproximação com o corpo funcional no sentido de propiciar o desenvolvimento da empresa DMAE. Como exemplo, cito a 1ª Feira de Saúde do Trabalhador, a 1ª Conferência de Desenvolvimento

e Aprendizagem, a discussão a respeito da privatização do saneamento de forma mais concreta, bem como a implantação da ouvidoria interna. Do ponto de vista dos investimentos em água e esgoto, foram iniciadas e concluídas grandes obras, como a Estação de Bombeamento de Água Bruta São João, a ampliação dos sistemas Glória e Grande São José; as Estações de Tratamento de Esgotos São João, Belém Novo e o encaminhamento da Estação da Ponta da Cadeia. Costumo dizer que a gente sempre usa o DMAE como exemplo de que uma empresa pública bem administrada pode ser eficiente. Esses 40 anos são uma demonstração disso."

*Arnaldo
Luiz
Dutra
diretor
de 1999 a
2000*

Nota da redação

Nesta edição especial da revista ECOS, dedicada aos 40 anos do Departamento Municipal de Água e Esgotos, não podíamos deixar de registrar e homenagear as administrações de José Joaquim de Assunção Neto (diretor de 1967 a 1968) e Jacob Lerner (diretor de 1976 a 1977), ambos já falecidos. Esses dois técnicos muito contribuíram para o crescimento e desenvolvimento do DMAE.

*Flávio Ilha é jornalista
Maria de Lourdes da Cunha
Wolff é jornalista
Colaboraram para esta matéria a
jornalista Vera Lúcia Petersen e
Renata Giacobone*

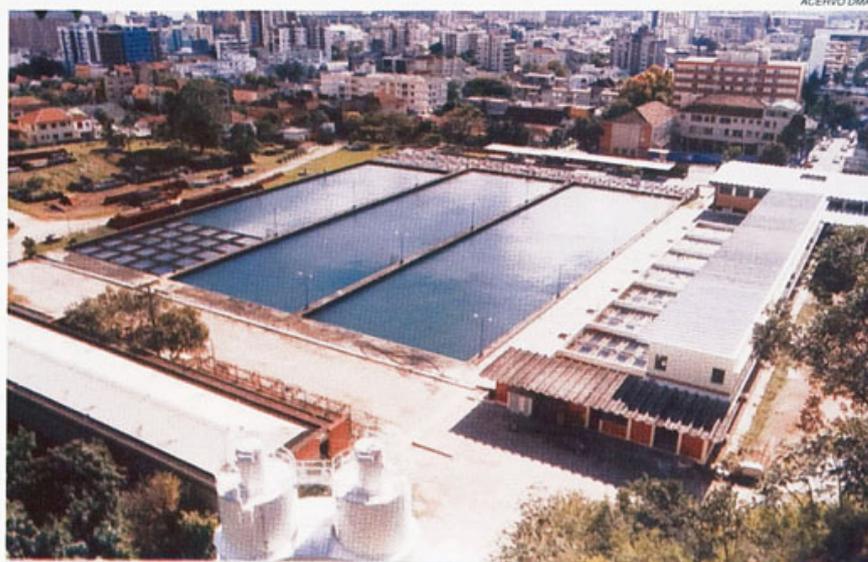
Conselho Deliberativo acompanha o DMAE desde os primeiros momentos de sua existência

VERA LÚCIA PETERSEN
MARIA DE LOURDES WOLFF

Embora o Conselho seja heterogêneo e composto por várias tendências políticas, todos os seus integrantes têm o pensamento voltado para os interesses e desenvolvimento do DMAE

A lei nº 2.312, de 15 de dezembro de 1961, assinada pelo prefeito em exercício Manoel Braga Gastal, criava o Departamento Municipal de Água e Esgotos, com a finalidade de planejar, executar e fiscalizar atividades relativas à construção, melhorias, ampliação, exploração e conservação dos serviços de água e esgotos, bem como defender os recursos hídricos de Porto Alegre.

O que levou à criação da autarquia foi a necessidade de expandir os serviços de água e esgotos, acrescida das dificuldades financeiras que o município atravessava. Na mesma época, surgiu a possibilidade de fazer um empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que financiava obras de saneamento. Porém, para conceder as quantias necessárias às obras, o banco exigiu que o dinheiro fosse exclusivamente investido em saneamento básico, e que o órgão encarregado desse serviço fosse autônomo e auto-sustentável, com contabilidade própria. A partir daí, criou-se o DMAE como au-



Entre os assuntos daquela primeira reunião estava a construção da ETA Menino Deus

tarquia dotada dessas qualidades, trazendo consigo o Conselho Deliberativo como o grande responsável pela gestão do Departamento. Naquela época, já era possível perceber, através do texto da norma legal que entraria em vigor no ano seguinte, a preo-

cupação com a questão social, pois o artigo 4º, ao tratar dos órgãos que constituiriam o Departamento, coloca o Conselho Deliberativo como representante de entidades ligadas aos diversos setores população.

Desde o início do funcionamento da autarquia, já ocorreram 1.629 reuniões para deliberar sobre assuntos de interesse do Departamento

A primeira ata já mostrava a importância do Conselho para o DMAE - Em 28 de maio de 1962, às 15h30min, no quarto andar do edifício novo da Prefeitura, na sala de sessão do Conselho do Plano Diretor, reunia-se pela primeira vez o Conselho Delibe-

ACERVO DMAE

suplente, até 1996; Ivânio Pacheco, Antônio Klinger Filho, que hoje é nome do Centro Cultural, que a-briga exposições artísticas na Estação Moinhos de Vento; Joseph Zukauskas; Jenor Jarros, fundador do Jornal do Comércio, e Luiz Vieira da Silva.

Naquela oportunidade, ficou estabelecido que os próximos encontros seriam na primeira terça-feira de cada quinzena, sempre às 14h. Também naquela data, o diretor do DMAE convidou os conselheiros a comparecerem à sessão solene de abertura das propostas para a concorrência para a construção da Hidráulica do Menino Deus. Além disso, fez um relato das obras em andamento. A ata daquele encontro, que antecedia as inúmeras decisões de grande importância que o Conselho faria até 2001, foi secretariada por Theobaldo Thomaz.

Composição e Atribuições - O Conselho é um órgão colegiado, com poderes para opinar e decidir o

destino do DMAE.

Seus membros e os suplentes são nomeados pelo prefeito, a partir de listas triplas com nomes indicados pelas sociedades participantes. O mandato de seus componentes é de três anos, devendo renovar-se 1/3 anualmente.

A importância deste conselho está na forma heterogênea de sua composição, contemplando setores que muito têm a contribuir na administração do Departamento com os conhecimentos de sua

área de atuação. Na verdade, este conselho é o gestor do DMAE, sendo conduzido pelo diretor-geral. Dentre suas atribuições está a de decidir os planos gerais de obras e quais as que serão executadas; programas anuais de trabalho; licitações; contratos em que o DMAE é parte; tarifas de água e esgotos; proposta anual de previsão orçamentária; relatório econômico-financeiro; convênios; operações financeiras; alienação de materiais não aproveitáveis; baixa de bens patrimoniais e política geral de pessoal, quando solicitado pela

ENTIDADES QUE COMPÕEM O CONSELHO DELIBERATIVO DO DMAE

- ◆ Sociedade de Engenharia
- ◆ Sociedade de Economia
- ◆ Associação Médica
- ◆ Centro das Indústrias
- ◆ Instituto dos Advogados
- ◆ Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- ◆ Associação Riograndense de Imprensa (ARI)
- ◆ Associação Comercial de Porto Alegre
- ◆ União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA)
- ◆ Departamento Intersindical de Estudos Econômicos, Sociais e Estatísticos (Dieese)
- ◆ Sindicato dos Municípios
- ◆ Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan)
- ◆ Sindicato dos Empresários de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais

direção-geral do Departamento.

Também compete a ele opinar sobre desapropriações; alienações de bens públicos; projetos de leis de interesses do Departamento, elaborar e aprovar seu regimento. Reúne-se com um quórum mínimo de sete membros para assuntos de rotina, uma vez por semana, e para assuntos extraordinários quando convocado pelo presidente ou a pedido do próprio Conselho. O Conselho é dirigido por um presidente que é o diretor-geral do DMAE, auxiliado pelo secretário.

Na defesa do Saneamento Público

- Na manhã de 12 de março de 2001, a reunião do Conselho Deliberativo teve como ponto central a preocupação com o caráter de urgência da votação de um projeto que lançava as bases da privatização do setor de saneamento. Todas as entidades presentes manifestaram-se a favor de uma ampla discussão do projeto em todos os setores da sociedade,



Há 40 anos, o Conselho Deliberativo do DMAE reúne-se semanalmente

colocando sua estrutura à disposição para o debate. Também participaram deste encontro os ex-diretores do DMAE.

Exercício da Cidadania - Há nove anos, o engenheiro eletricista Leonardo Ely Schreiner, que substituiu Herman Claudio Bojunga, participa do Conselho Deliberativo como representante da Associação Comercial de Porto Alegre. Segundo ele, esse trabalho é gratificante e interessante, pois o Conselho é heterogêneo e composto por várias tendências políticas, mas todos os seus integrantes têm o pensamento voltado para os interesses e desenvolvimento do DMAE, apoiando as boas idéias, no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. Schreiner lamenta, ainda, que, apesar de convidadas a en-

viarem representação, algumas das entidades pouco ou quase nada se fazem presentes. "Isto é muito triste, porque se perde a oportunidade de exercer a cidadania", diz.

Décio Anson Lima é economista e representa o Dieese junto ao Conselho. Ele considera um momento marcante este em que se

privatização do saneamento levou ao caos o setor. Ele enfatiza, também, a importância do Conselho como exemplo a ser seguido por toda a sociedade brasileira. "Toda a empresa pública deveria ter um conselho opinativo ou deliberativo para levar à direção do órgão a opinião de todas as classes sociais."

Na formação da estrutura do Departamento, o Conselho Deliberativo é o mais importante, porque representa os olhos e ouvidos da sociedade

discute o projeto de lei 4.147. Para Lima, este fato é uma aberração do governo federal, já que temos perto o exemplo da Argentina, onde a

Vera Lúcia Petersen é jornalista
Maria de Lourdes Wolff é jornalista

DMAE cresce junto com Porto Alegre

ANA CRISTINA GHISLENI

Este ano foram entregues quatro estações de bombeamento, dois reservatórios e quatro adutoras

Há quarenta anos o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) é responsável pelo saneamento público de Porto Alegre. Esse trabalho envolve planejamentos e investimentos constantes, capazes de suprir as necessidades da população de uma cidade que, de 1961 até hoje, passou de cerca de 700 mil habitantes para mais de 1,3 milhão, segundo dados da Fundação Estadual de Economia e Estatística (FEEE). A expansão da população acarretou tanto o povoamento de áreas até então vazias como o crescimento significativo de outras áreas.

Pessoas que antes se assentavam nas margens do lago Guaíba passaram a ocupar zonas mais acidentadas e muitas vezes até inapropriadas para moradia: um movimento causado tanto pelo aumento demográfico quanto pelo empobrecimento dos brasileiros.

Como consequência disso, a

responsabilidade do DMAE também foi aumentada. Não bastava fornecer água, era preciso tratar os esgotos para permitir a recupe-

São José - Na tarde do dia 21 de abril, foi inaugurada a ampliação do subsistema São José, no bairro Partenon, zona leste de Porto Alegre. A importância da obra estava evidente na cerimônia, com a presença do prefeito Tarso Genro, do diretor-geral do DMAE, Carlos Atilio Todeschini e da comunidade, sempre representada, desde o estabelecimento da data.

O sistema São José, que teve investimento de R\$ 2,7 milhões, será capaz de resolver os problemas de abastecimento vividos pelos 38 mil moradores de uma área mui-



O Sistema São José, que teve investimento de R\$ 2,7 milhões, será capaz de resolver os problemas de abastecimento de 38 mil moradores de uma área íngreme da cidade

ração do Guaíba e encontrar formas de atingir as novas áreas habitadas, um desafio, tanto em termos operacionais quanto em termos de investimentos. Duas obras emblemáticas neste sentido foram entregues no início deste ano.

to íngreme da cidade, composta pela Vila São José, Morro da Cruz, Vila São José Comunitária, Vila Aparício Borges, Rua Volta da Cobra, Rua Sargento Vitório, Rua Mato, Rua Menina Alvira, Rua São Guilherme, Chácara dos Bombeiros,

Vila Vargas e parte baixa da Rua da Represa.

Este novo subsistema é a fase final das obras realizadas ao longo de dez anos com acompanhamento dos moradores através do Orçamento Participativo. Ao todo, foram entregues quatro Estações

abastecimento de água era considerado irregular, por ter uma capacidade de bombeamento de 23 litros por segundo, muitas vezes insuficiente para atender a demanda, principalmente nos dias de temperaturas elevadas, quando o consumo aumenta.

O subsistema Nonoai vinha sendo ampliado pelo DMAE desde fevereiro de 2000. Para desenvolver esse trabalho foi necessária uma avaliação técnica, pois a área está localizada numa parte alta da cidade, exigindo bombeamento de água para um atendimento regular.



EBAT Nonoai I teve sua capacidade de bombeamento ampliada para 34 litros por segundo

de Bombeamento de Água Tratada (EBAT), dois reservatórios (um deles com capacidade para 6 milhões de litros), quatro adutoras e a rede de distribuição Chácara dos Bombeiros.

Nonoai - Em junho deste ano, entrou em operação a nova Estação de Bombeamento de Água Tratada Nonoai I, localizada na Rua Frederico Etzberger, bairro Nonoai. Esta iniciativa regularizou o fornecimento de água tratada para os 10 mil moradores da Rua Professor Ney Cabral, Umovilares, Chácara Sperb, Altos da Rua Erechim e encosta do morro Nonoai/Apamecor.

Nestes locais, o sistema de

Nova Estação de Bombeamento de Água Tratada Nonoai I regularizou o fornecimento de água tratada para os 10 mil moradores de uma região em que o sistema de abastecimento de água era irregular

O projeto do sistema contemplou a construção de uma nova Estação de Bombeamento de Água Tratada com capacidade de 34 litros por segundo, mais o lançamento de redes para sucção e recalque, numa extensão de 180 metros nos diâmetros de 200 e 300 milímetros. A obra está concluída, dependendo apenas de alguns ajustes operacionais.

O Departamento investiu cerca de R\$ 300 mil, com recursos próprios oriundos das tarifas de água e esgotos, atendendo as prioridades do Orçamento Participativo, encaminhadas pelos moradores da região.

Ana Cristina Ghisleni é jornalista

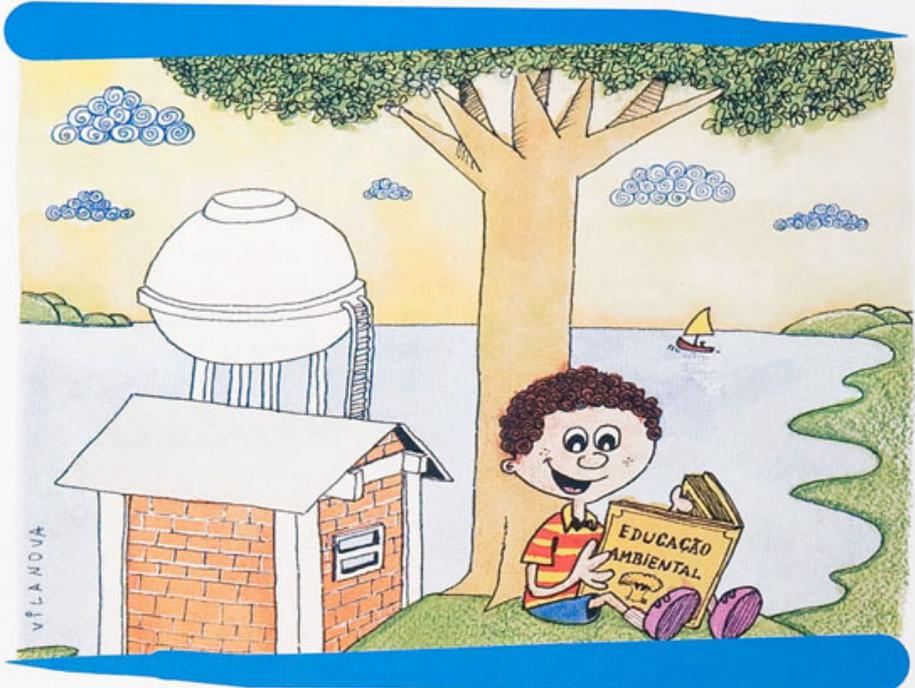
Exposição do DMAE reúne história e educação ambiental

Nos dias 20 a 27 de agosto, o DMAE promoveu, no Praia de Belas Shopping Center, a exposição "Água para Todos" e o lançamento da revista de educação ambiental "Ambiente-se". O objetivo da exposição é celebrar os 40 anos do DMAE, mostrando as necessidades surgidas com o crescimento da cidade e os esforços feitos para supri-las.

Através de 36 fotos dispostas num estande, foi retomados os principais momentos do abastecimento de água e tratamento dos esgotos na Capital, desde as fontes que abasteciam os porto-alegrenses até a rede que possibilita hoje o abastecimento a 99,5% da população; desde os cubeiros que retiravam o esgoto cloacal das casas em caixas até as estações que tratam atualmente 27% dos esgotos.

Na abertura da exposição, às 19h do dia 20, foi lançada a revista semestral de educação ambiental "Ambiente-se". A publicação, destinada a professores, pesquisadores, escolas, universidades e empresas de saneamento, trata das ações desenvolvidas na área. Mais informações podem ser obtidas através do telefone (51)3218-9720.

O público infantil terá lugar garantido. A responsabilidade de todos com a preservação dos recursos hídricos será destacada através das apresentações diárias da equipe do Teatro de Bonecos da Educação Ambiental e de atividades de pintura. Enquanto isso, os adultos poderão aproveitar a ocasião para tirar dúvidas, com os técnicos do DMAE que estarão no local, sobre contas, ligações e qualidade da água.



Ouvidoria interna do DMAE comemora primeiro aniversário

Em julho, a Ouvidoria Interna do DMAE completou um canal de comunicação funcionando e a administração resolvendo a junho, recebeu o recorde das reclamações, que perseguidas pelos pedidos com 29%. Funcionários com algum problema, crítica ou reclamação podem agendar entrevista com o ouvidor ou preencher o formulário-padrão encontrado em diversos locais do Departamento. A Ouvidoria funciona na **Rua Luciana de Abreu, 115**. Contatos podem ser feitos pelos telefones (51) 3218-9731 e (51) 9151-1413 ou por e-mail. Na primeira semana de agosto, um serviço de secretária eletrônica entrará em funcionamento através do número (51) 3346-7252.



vidoria Interna do ano como eficiente entre os 2.500 funcionários do DMAE, do conflitos. De janeiro a cerca de 200 questões. mandas pertence às fazem 38% do total, dos de esclarecimento,

21º Congresso da ABES

A Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) promove, entre os dias 16 e 21 de setembro de 2001, na cidade de João Pessoa (PB), o 21º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Nesta edição, o evento terá como tema o Saneamento Ambiental: Desafio para o Século 21. Serão apresentados 723 trabalhos técnicos, 500 dos quais de forma oral e os demais sob a forma de poster. Maiores informações podem ser obtidas através do e-mail eventos@abes-dn.org.br ou pelo fone/fax (83) 221-9959.

Projeto do DMAE recebe menção honrosa do Prêmio Mercocidades

O projeto Simulador de Acidentes Ambientais - de autoria de César Xavier Hoffmann e Elenara Correa Lersch, funcionários do DMAE, e de Jorge Rodolfo Silva Zabadal, pesquisador da UFRGS - acaba de ser destacado com menção honrosa no 5º Prêmio Mercocidades de Ciência e Tecnologia 2001. Esse prêmio é atribuído a pesquisador ou grupo de pesquisas cujo trabalho tenha contribuído efetivamente para a solução de um problema relevante em uma das cidades integrantes da Rede Mercocidades e possa ser desenvolvido em outras cidades. O destaque será entregue em setembro, em Valparaíso (Chile), sede da Rede Mercocidades.

O projeto de Hoffmann, Lersch e Zabadal concorreu com trabalhos enviados por outras 79 cidades integrantes da Rede Mercocidades, na segunda etapa do Prêmio, julgado em agosto por uma comissão composta pela Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro, cidade que sedia a Secretaria Executiva do Prêmio Mercocidades. Anteriormente, havia sido premiado na edição local do Prêmio Mercocidades de Ciência e Tecnologia, em Porto Alegre. Ele já foi implantado na cidade, onde tem atuado no monitoramento de situações de risco. Seus autores já haviam recebido o Prêmio Mercocidades em 1998, com Sistema Híbrido de Simulação para Propagação de Poluentes, junto com mais dois pesquisadores do DMAE, Jair Staruck e Paulo Roberto Soares.

III Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental



Porto Alegre sediará, de 20 a 22 maio de 2002, o III Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental - Gestão Ambiental Urbana e Industrial. Na oportunidade, serão discutidos e divulgados procedimentos administrativos e legais relativos ao saneamento ambiental, focalizando a gestão integrada de resíduos. O simpósio tratará de diversas áreas temáticas, como Gestão Regional e Municipal de Recursos Ambientais, Sistema de Certificação Ambiental, Gerenciamento Integrado de Resíduos (sólidos, líquidos e gasosos), Legislação Ambiental, Ética Ambiental, Educação Ambiental, Desenvolvimento Tecnológico de Processos e Equipamentos e Legislação Ambiental.

O Simpósio é uma promoção da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Seção Rio Grande do Sul), Metroplan, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio, Departamento Municipal de Limpeza Urbana, Fundação Estadual de Proteção Ambiental e Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Os autores de trabalhos têm até o dia 15 de outubro de 2001 para enviar seus resumos. Outras informações pelo **fone (51) 3226-3111 - Fax (51) 3211-3631** ou pelo *e-mail* **officemarketing@officemarketing.com.br**.

Um milhão de assinaturas contra a privatização do saneamento

Uma comitiva integrada pelo diretor-geral do DMAE, Carlos Todeschini, acompanhou a entrega ao presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, de um abaixo-assinado com cerca de 1 milhão de assinaturas contra a privatização do saneamento, recolhidas em todo o País pela Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (FNSA). A comitiva fez parte do Seminário Nacional de Saneamento e Saúde, realizado em Brasília, nos dias 15 e 16 de agosto, e a entrega foi feita pelo presidente da FNSA, Abelardo Oliveira Filho. Também estavam presentes na entrega outras entidades de representação da sociedade civil, como a CUT, Força Sindical, Conan, Instituto de Defesa do Consumidor, Fundação Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Saúde e Frente Nacional de Prefeitos. Desde que o projeto de lei foi enviado à votação em regime de urgência pela primeira vez, em 22 de fevereiro, esta é a mobilização mais forte, porque envolveu também o setor da saúde e a sociedade civil. Em Porto Alegre - onde teve início o movimento nacional com a mobilização da sociedade, através de encontros, jornadas e palestras - foram coletadas 80 mil assinaturas. Esta é a terceira vez que o governo federal envia o projeto para votação em regime de urgência. Nas duas anteriores, ele voltou atrás, devido à mobilização dos municípios e a organização do setor. A votação do projeto está prevista para 14 de setembro.



ACERVODMAE

Saneamento e Saúde: que futuro desejamos?

ROSANE RADUNZ COIMBRA

O Brasil não investiu o que era preciso para evitar epidemias, para manter a população saudável ou para manter os mananciais hídricos com água tratável

Embora a origem da medicina se confunda com a própria origem do homem, somente a partir da Idade Antiga o saneamento começou a ser visto como instrumento de saúde preventiva. Mas, durante a Idade Média, esta concepção se perdeu, tendo como reflexo a grande incidência de epidemias de peste negra que assolaram a Europa no período, provocando a morte, por falta de saneamento, de um terço da população. Com o desenvolvimento do conhecimento científico, passou-se a estabelecer a estreita ligação entre saúde e saneamento. Pouco a pouco, foi se relacionando as condições de higiene e saneamento das populações com suas condições de saúde.

Também no Brasil, a história do saneamento básico – na atualidade, considerado saneamento ambiental – iniciou com a necessidade de erradicação de epidemias, demonstrando mais uma vez a vinculação perene com a saúde pública. Tratar do saneamento público é prevenir doenças, é conservar a saúde da população. Esta dobradinha – saúde e saneamento – está presente na ciranda dos discursos políticos de todos, porém a “naturalização” deste discurso não transforma em reali-

dade as ações necessárias para que, de fato, se reverta a situação atual do saneamento no País. Ao contrário, o que se percebe hoje é a volta de doenças como cólera, diarreia, hepatite etc., que há muito já deveriam estar erradicadas.

O Projeto de Lei 4.147/01, do governo federal, faz ressurgir uma polêmica: o Brasil não investiu o que era preciso para eliminar epidemias, para manter a população saudável ou para manter os mananciais hídricos com água tratável. E a maioria dos municípios está quebrada.

Hoje, a configuração do saneamento em nosso país passa por grandes empreendimentos, longas adutoras, estações de trata-

É chegada a hora de uma profunda reflexão sobre o tema: estamos determinando agora o nosso futuro e o das próximas gerações

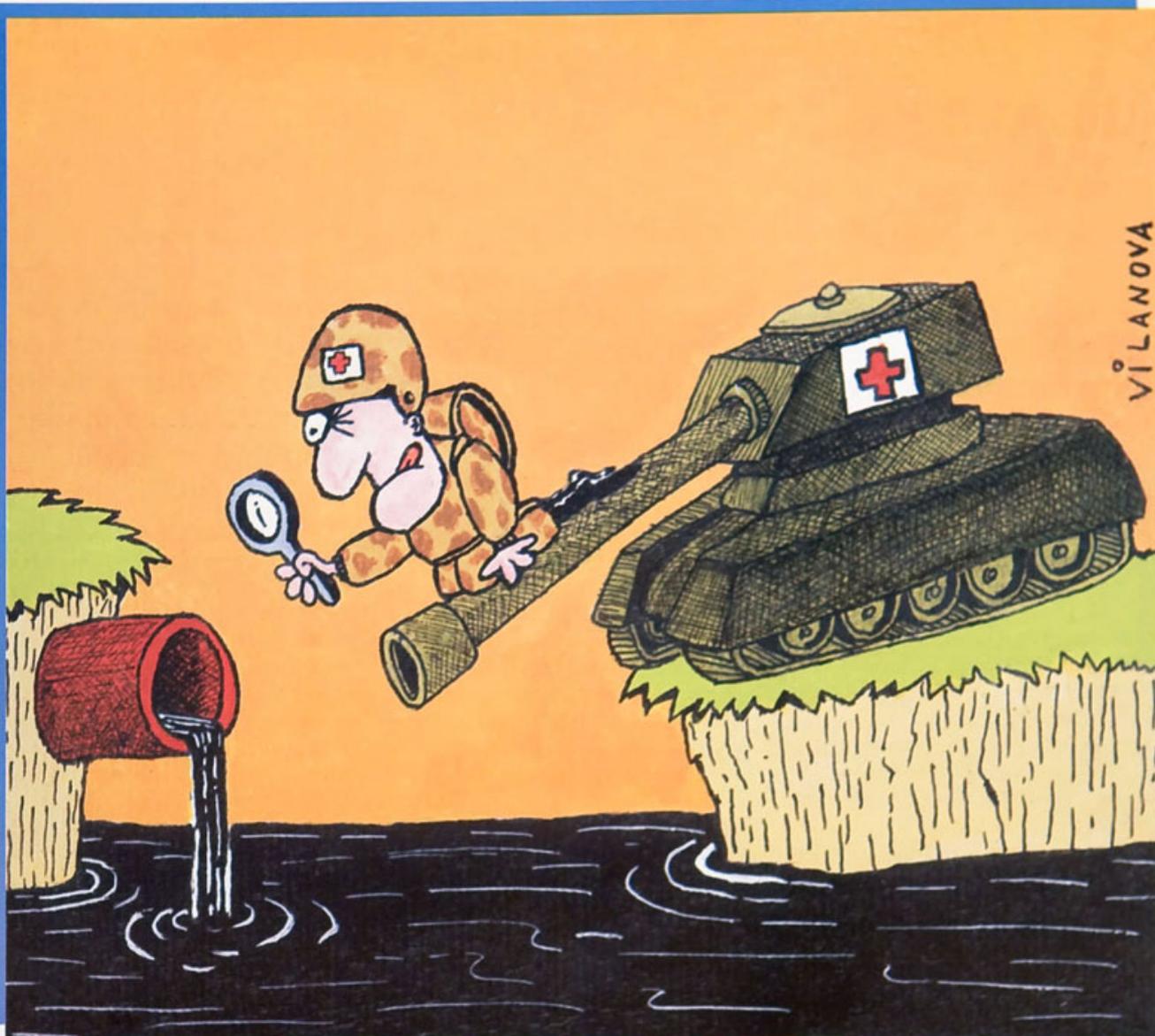
mento de água e esgoto, novas tecnologias, enormes motores e uma gama de profissionais das mais diversas áreas. Estão em jogo R\$ 10 bilhões de faturamento/ano. As

cifras brilham. Os discursos de como o saneamento é importante para a saúde pública continuam, mas a prática para se chegar a isto, desaparece como num passe de mágica.

Que esperar da privatização do saneamento num país onde os exemplos de regulação e controle têm dado resultados como o apagão?

Quando há muito dinheiro em jogo, a lógica muda, o raciocínio parece embaçar, e a água, considerada como um bem público, passa para a categoria de negócio, de mercadoria. A população passa a ser bombardeada por informações contraditórias. Fortes argumentos acompanham a investida do governo, como os atritos entre conglomerados que utilizam a mesma fonte de água, a escassez de recursos, a inabilidade de administradores municipais, a carência de uma política de saneamento para o País etc. O fato é que os investimentos do governo para o saneamento foram aos poucos sendo suspensos, ficando os municípios com passivos difíceis de administrar.

A questão mais polêmica envolvendo o PL 4.147 é a retirada da titularidade dos municípios. Ora, seria mais fácil vender 27 companhias estaduais do que 5 mil serviços municipais. Vamos lembrar, neste ponto, que estamos falando de um faturamento anual de R\$ 10 bilhões. Entretanto, não dá para pensar em saneamento como em telefonia, rede viária ou sequer energia elétrica. Tratar água e esgoto é tratar com a vida das pessoas



Vejamos o que aconteceu com o setor de telefonia: foi privatizado sob o pretexto de que todos teríamos telefone. Temos. Mas não temos como pagar as estratosféricas contas. Será que devemos correr esse risco com a água? Sem telefone se vive, mas sem água e sem tratamento de esgotos, jamais!

A população está, por enquanto, observando o cenário desta peça, que teve o primeiro ato em fevereiro, com o envio do projeto de lei à votação em regime de ur-

gência; e, o segundo ato, em 12 de junho, quando o governo ainda não conseguira sequer fazer com que a maioria da bancada governista se enamorasse do PL 4.147.

Sabemos do quão importante é uma política de saneamento. Contudo, o caminho não é a simples retirada da titularidade dos municípios e, muito menos, favorecer a privatização. Num país onde os exemplos de regulação e controle têm dado resultados como o apagão no setor de energia elé-

trica, o que se pode esperar para o saneamento? Acho que é chegada a hora de uma profunda reflexão sobre este tema. Estamos determinando agora o nosso futuro e o das próximas gerações. Quem terá saúde se os rios e lagos tiverem donos? Ou se a água das torneiras dependerem do percentual de lucro para alguém?

Rosane Radunz Coimbra é superintendente de operações do DMAE

CLARA PECHANSKY, UMA LÍRICA CONSEQUENTE

“Vai como quem não sabe, sem esboço nem projeto, trabalhando ao sabor de um prazer admitido. Um prazer cultivado, ampliado numa carinhosa labuta diária, onde cores, planos, temáticas se aproximam e se distanciam. Independente do meio utilizado, fidelidade a um repertório é o que não falta. Os personagens, congelados no suporte, oferecem a surpresa do instantâneo.

Agora e antes dialogam. Curiosos, queremos saber os porquês do direcionamento de um pincel que intui expressões. Queremos saber também, como a mesma gestualidade, em outros momentos, busca o memorável. Porém, isto é certo: um embate se estabelece mesmo sem a consciência do artista, e é tão tênue a fronteira entre o conhecido e o desconhecido que a obra, se a quisermos realmente entender, não comporta uma só contemplação comportada. Diante desse modo particular de interpretar a vida, reconhecemos um pouco da nossa perplexidade ao sentir e não conseguir encontrar de onde, por onde, se estabelecem estas passagens.

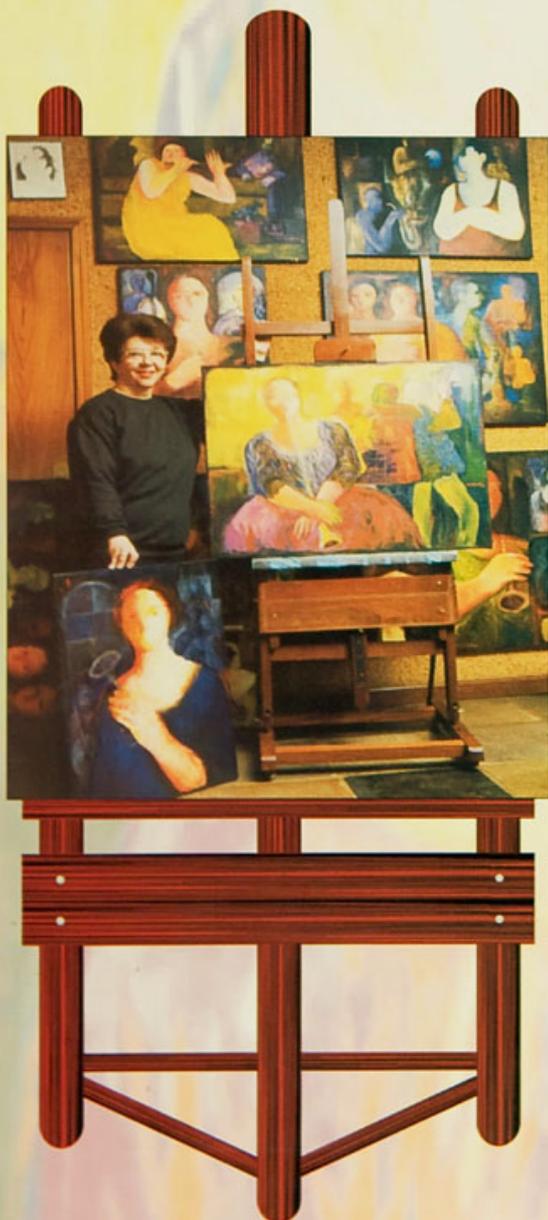
A resposta? Não virá, pois é o segredo desta produção, assim, constantemente difusa.

Caminhando entre a fantasia e a realidade, Clara Pechansky desafia o suporte na sua verdadeira grandeza. Seus personagens dão margem a indagações constantes.

É a menina, com seus receios durante a noite, a mulher com seus receios durante o dia. Somos nós, dia e noite.”

LIANA TIMM

ARTISTA PLÁSTICA E POETA



A artista plástica Clara Pechansky vem trilhando há quarenta anos os caminhos da Pintura, do Desenho e da Gravura. Possui um sólido currículo internacional, construído através de exposições individuais e coletivas no Brasil e no exterior, com três prêmios internacionais e obras em acervos de importantes instituições. No ano de 2001, foi a artista homenageada pela Prefeitura Municipal durante a 46ª Semana de Porto Alegre, com uma exposição panorâmica no Centro Cultural Usina do Gasômetro. Ela acaba de lançar o livro bilingüe “Clara Pechansky Variações sobre o Enigma/Variations on the Enigma”. Segundo Liana Timm, que assina o texto acima, o livro é “um passeio que se oferece aos olhos e um convite à reflexão”.

Tem gente transbordando
de alegria com a nova
realização do DMAE.



Queremos ver a qualidade de vida jorrando nos lugares onde ela tem mais dificuldade de chegar. Com a inauguração do novo Sistema São José, 39 mil moradores do Morro da Cruz, Vila São José e arredores já estão transbordando de alegria com a normalização do abastecimento de água. Graças a esta obra, o DMAE atingiu o índice de 99,5% da população atendida com água tratada. É um benefício que não caiu do céu, uma conquista da cidadania dando um banho de qualidade de vida.

- R\$ 2,7 milhões de investimento
- 4 Estações de Bombeamento
- 4 Adutoras de Recalque
- Reservatórios para 7 milhões de litros de água
- 3,78km de adutoras

DMAE



Prefeitura de Porto Alegre
ADMINISTRAÇÃO POPULAR